



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE



PARCEIROS DE APOIO  
PROGRAMÁTICO

***REVISÃO CONJUNTA 2009***  
***AIDE-MÉMOIRE***

29 de Abril 2009

## ÍNDICE

<b>I</b>	<b>INTRODUÇÃO &amp; CONTEXTO.....</b>	<b>3</b>
<b>II</b>	<b>AValiação GERAL DO DESEMPENHO EM 2008.....</b>	<b>4</b>
	Análise de Pobreza, Sistemas de Monitoria e Gestão de Finanças Públicas .....	5
	Governança .....	7
	Capital Humano .....	8
	Desenvolvimento Económico .....	9
	Assuntos Transversais.....	12
	Actualização da informação sobre o Banco Austral .....	14
	Avaliação dos PAPs .....	14
	CONCLUSÕES .....	16
<b>III</b>	<b>IMPLEMENTAÇÃO DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO.....</b>	<b>18</b>
	<i>Requisitos para apresentação de relatórios .....</i>	<i>18</i>
	<i>Diálogo e Revisões .....</i>	<i>18</i>
	Auditorias.....	19
	<i>Auditoria de desempenho.....</i>	<i>19</i>
	<i>Auditoria aos registos financeiros do apoio programático .....</i>	<i>20</i>
	<i>Auditoria às Contas do Estado .....</i>	<i>20</i>
<b>IV</b>	<b>SUMÁRIO POR PILAR DOS RELATÓRIOS DOS GRUPOS DE TRABALHO .....</b>	<b>22</b>
	Gestão Macroeconómica e Pobreza e Gestão das finanças Públicas .....	22
	<i>Gestão Macroeconómica e da pobreza.....</i>	<i>22</i>
	<i>Gestão das Finanças Públicas .....</i>	<i>23</i>
	Pilar de Governança .....	27
	<i>Reforma do Sector Público .....</i>	<i>27</i>
	<i>Descentralização.....</i>	<i>28</i>
	<i>Justiça .....</i>	<i>28</i>
	Pilar capital Humano.....	29
	<i>Educação e Cultura.....</i>	<i>31</i>
	<i>Saúde .....</i>	<i>31</i>
	<i>Água e Saneamento .....</i>	<i>32</i>
	<i>Mulher e Acção Social .....</i>	<i>33</i>
	Pilar Desenvolvimento Económico.....	34
	<i>Sector Financeiro.....</i>	<i>34</i>
	<i>Sector Privado e Ambiente de Negócios .....</i>	<i>35</i>
	<i>Agricultura .....</i>	<i>36</i>
	<i>Estradas .....</i>	<i>36</i>
	<i>Energia.....</i>	<i>37</i>
	<i>Pescas.....</i>	<i>37</i>
	<i>Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) .....</i>	<i>38</i>
	Assuntos Transversais.....	38
	<i>HIV/SIDA .....</i>	<i>38</i>
	<i>Género.....</i>	<i>39</i>
	<i>Meio Ambiente .....</i>	<i>39</i>

<i>Desminagem</i> , .....	40
<i>Ciência e Tecnologia</i> .....	41
<i>Segurança Alimentar e Nutricional</i> .....	41
<i>Desenvolvimento Rural</i> .....	42
<i>Calamidades Naturais</i> .....	42
<b>V DESEMPENHO DOS PAPs EM 2008</b> .....	<b>44</b>

## I INTRODUÇÃO & CONTEXTO

1. Aos 29 de Abril de 2009, o Governo de Moçambique (GdM) e os Parceiros para o Apoio Programático (PAPs)<sup>1</sup> concluíram a Revisão Conjunta da implementação pelo GdM da estratégia de redução da pobreza absoluta (PARPA) e do desempenho dos PAPs no que concerne a eficácia da ajuda externa. A revisão baseou-se nos quadros de avaliação de desempenho acordados para 2008, e retirou lições chave que devem ter efeito no desempenho em 2009 e no processo de planificação e orçamentação para 2010. A Revisão teve como base os planos e relatórios do Governo: PARPA II, o Plano Económico e Social e o Orçamento do Estado 2008, Balanço do PES 2008, o Relatório de Execução do Orçamento de 2008, Relatórios Sectoriais, Síntese da Oitava sessão plenária do Observatório do Desenvolvimento e o Relatório independente da Avaliação do Desempenho dos PAPs 2008.
2. A Revisão Conjunta (RC) de 2009 é a última a ser feita no âmbito do Memorando de Entendimento (MdE) 2004-2009, cuja validade terminou no dia 05 de Abril de 2009. Estiveram envolvidos vinte e nove grupos de trabalho, distribuídos por cinco pilares temáticos e a avaliação dos PAPs. Os grupos foram constituídos por representantes do Governo, os PAPs, outros parceiros de cooperação e a sociedade civil<sup>2</sup> que completaram revisões detalhadas nas suas respectivas áreas. No presente Aide Mémoire (AM) a avaliação geral do desempenho do Governo e dos PAPs e os assuntos que merecem atenção especial estão apresentados na Secção II. A Secção III delinea questões relacionadas com a implementação do Memorando de Entendimento conjunto (MdE). A avaliação detalhada do desempenho do Governo em 2008 consta na Secção IV. A avaliação e recomendações relativas ao desempenho dos PAPs estão descritas na Secção V.
3. Constituem parte integrante do presente AM os seguintes **anexos**: a matriz de QAD de 2008 com a avaliação do desempenho em relação às metas definidas (Anexo I); a matriz de avaliação do desempenho dos PAPs em 2008 (Anexo II); a lista de indicadores do QAD 2010 com proposta de indicadores para alterar na Revisão Semestral 2009 (Anexo III); o relatório de avaliação da Gestão de Finanças Públicas (Anexo IV); os relatórios dos grupos de trabalho (Anexo V); o calendário das auditorias de desempenho no sector de Agricultura (Anexo VI); a lista dos documentos usados como subsídios no processo (Anexo VII<sup>3</sup>); os termos de referência da Revisão Conjunta, incluindo a lista de pilares e dos grupos de trabalho (Anexo VIII) e a lista de acrónimos e abreviaturas (Anexo IX).
4. De acordo com os Termos de Referência, na avaliação do desempenho do GdM, para além dos documentos de base mencionados no parágrafo 1, tomou-se em consideração as opiniões da Sociedade Civil discutidas ao nível das reuniões preparatórias para o Observatório de Desenvolvimento e a síntese da Oitava sessão plenária do Observatório de Desenvolvimento que fazem parte do anexo VI deste Aide Mémoire.
5. A 16 de Janeiro de 2009, o Conselho Executivo do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu a terceira revisão do desempenho económico de Moçambique no âmbito do *Policy Support Instrument* (PSI) de três anos. O programa económico entre Moçambique e o FMI manteve-se dentro do estabelecido e todos os critérios de avaliação quantitativos e estruturais até ao fim de Junho de 2008 foram atingidos. Dados preliminares indicam que as políticas macroeconómicas na segunda metade de 2008 foram também satisfatórias. Todos os critérios de avaliação (*Assessment Criteria*) quantitativos e

---

<sup>1</sup> A Alemanha, Áustria, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Mundial, Bélgica, Canadá, Comissão Europeia, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Irlanda, Itália, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça e Reino Unido. Estes parceiros (PAPs) dão apoio ao orçamento e assinaram um Memorando de Entendimento com o Governo. Os observadores incluíram: os Estados Unidos, o Fundo Monetário Internacional, Japão e o PNUD.

<sup>2</sup> Seis grupos de trabalho não têm representantes dos PAP.

<sup>3</sup> Na versão electrónica deste AM, que se encontra no [www.pap.org.mz](http://www.pap.org.mz), os próprios documentos farão parte do Anexo VI, enquanto a versão em papel só conterá a lista destes documentos.

estruturais e os indicadores de referência estruturais até ao fim de 2008 aparentam ter sido atingidos. O Governo atingiu a sua meta do fim de ano para o Financiamento Interno Líquido (*Net Domestic Financing*) devido a boa arrecadação de receitas domésticas. O Banco de Moçambique (BdM) atingiu a sua meta do fim de ano para reservas líquidas e reservas internacionais de forma confortável. Até ao presente, o impacto da crise financeira global e os efeitos económicos para Moçambique aparentam ter sido limitados apesar de ainda haver incertezas e riscos significativos. Até aqui, as revisões na perspectiva macroeconómica têm sido dificultadas pela fraca qualidade de dados, e ainda a insuficiente informação em Moçambique sobre o alcance e duração da crise financeira. Uma análise profunda do desempenho até ao fim de 2008 e perspectiva de avaliação para o resto de 2009 será feita na próxima missão de revisão do FMI em princípio de Maio próximo.

6. Como parte da Reunião Conjunta, e como tem sido habitual, realizou-se um encontro entre os Ministros do GdM e os Embaixadores da Troika-plus dos PAPs para a discussão de vários pontos a nível político, tais como: o desempenho em 2008; os planos para as áreas de governação; a mitigação dos efeitos da crise económica mundial; o Ambiente de Negócios; a aplicação da Lei das Terras no nível comunitário; questões associadas com o Banco Austral; os planos para as eleições e a observação eleitoral; e a Arquitectura da Cooperação.

## II AVALIAÇÃO GERAL DO DESEMPENHO EM 2008

7. No contexto *macroeconómico*, a economia moçambicana mostrou um crescimento satisfatório em 2008, não obstante o ambiente externo desfavorável caracterizado pela crise internacional de preços elevados dos alimentos e combustíveis e da crise global financeira. A taxa de crescimento real do PIB situou-se em 6,8%, ligeiramente abaixo do 7% programado, destacando-se os sectores de Agricultura (10,2%), Construção (13%), Transportes e Comunicações (18,3%) e Serviços Financeiros (12,9%). A instabilidade internacional dos preços contribuiu para que em Maputo a inflação média anual de 10,3% ficasse acima da meta, e a taxa acumulada em Dezembro fosse de 6,2%. As Reservas Internacionais Líquidas (RIL) atingiram 1.643 milhões de USD, equivalendo a 4,9 meses de importações e excedendo ao programado. A realização da receita do Estado cresceu em 15,7% em termos nominais, superando a meta programada em 2,9 pontos percentuais. Em termos do PIB, as receitas aumentaram em 0,3 pp atingindo 16,3%. No entanto, a taxa de realização da despesa total situou-se em 76,2% do previsto devido à baixa realização nas despesas de investimento com financiamento externo, como consequência dos desembolsos tardios de fundos que decorre da multiplicidade de procedimentos de prestação de contas, bem como a inscrição dos projectos no Orçamento do Estado (OE) sem que os procedimentos burocráticos e administrativos atinentes ao seu início estejam concluídos, tanto do lado do Governo, como dos parceiros, o que tem influência no grau de execução orçamental dos sectores. As despesas nos sectores prioritários do PARPA absorveram 64,2% do total do orçamento aprovado tendo os sectores da Educação e Saúde absorvido em conjunto 54% da despesa dos sectores prioritários. A taxa de realização da despesa nos sectores prioritários em relação ao orçamento alocado para estes sectores foi de 76,7%.
8. As crises internacionais sucessivas criaram desafios grandes para Moçambique. Os preços elevados aumentaram a inflação e evidenciaram vulnerabilidades sociais. Para minimizar o impacto, o Governo implementou uma série de medidas eficientes e elogiadas pelos parceiros internacionais, destacando-se o diferimento dos direitos aduaneiros e do IVA sobre o gásóleo e petróleo de iluminação, o subsídio aos transportadores semi-colectivos e o aumento dos programas de apoio alimentar e de suplemento ao rendimento das famílias mais pobres. Estas medidas foram financiadas por cortes na despesa em outras áreas e por apoio externo adicional. Contudo, a RC notou que Moçambique continua a ser vulnerável a crise financeira e económica global e medidas de mitigação são necessários para fazer face aos grandes desafios, assegurando que o crescimento e a estabilidade macroeconómica abarquem as camadas pobres e desfavorecidas, através da criação e expansão das oportunidades de emprego, de geração de rendimento e de acesso a alimentos, cuidados de saúde e sanitários. Os segmentos mais vulneráveis da

população, em particular nas áreas urbanas, continuam a ser afectados negativamente pela crise dos preços de alimentos pelo que a continuação ou expansão dos programas de apoio alimentar e do suplemento ao rendimento das famílias mais pobres continua a ser um foco de atenção. As perspectivas económicas mantêm-se boas, mas as projecções para o crescimento económico foram reduzidas das estimativas anteriores.

9. A matriz do *QAD do Governo* é composta por 40 indicadores, destes, 20 tiveram as suas metas atingidas o que corresponde a 50 % de realização. As restantes 20, o que corresponde a 50% das realizações das metas, não foram atingidas mas há progressos assinaláveis em 15 indicadores. Não foi possível medir um indicador (Nº 21).

### ***Análise de Pobreza, Sistemas de Monitoria e Gestão de Finanças Públicas***

10. O pilar da *Macroeconomia, Pobreza e Gestão de Finanças Públicas* mostrou um bom desempenho ao atingir seis metas das nove, nomeadamente; número de províncias com sessões dos Observatórios de Desenvolvimento Provinciais (ODPs) realizadas, despesa agregada, e-SISTAFE, receitas, *procurement* e auditoria externa. Três indicadores não foram atingidos, nomeadamente, Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) em linha com Orçamento do Estado (OE), Pesquisa de Localização das Despesas Públicas (*PETS*), e controlo interno, mas destes, os dois primeiros mostraram progresso.
11. Foi elaborado e aprovado o Guião de Orientação dos Observatórios de Desenvolvimento (ODs). A Revisão Conjunta notou a pertinência e urgência da elaboração de um plano de acção para a reforma do *Ciclo de Planificação, Monitoria e Avaliação* para responder a melhoria da qualidade da informação no PES e no respectivo BdPES. Em termos de informação estatística, foram recolhidos dados socio-económicos através do Censo Populacional, do Inquérito de Indicadores Múltiplos (MICS) e do Trabalho de Inquérito Agrícola (TIA) que contribuirão para o Relatório de Avaliação de Impacto do PARPA (RAI). Todavia, constata-se que os dados do Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF) 2008/09, informação fundamental para avaliação da pobreza, não estão disponíveis para a elaboração do RAI e terão de ser incorporados posteriormente. As mudanças no custo de vida devido ao aumento dos preços internacionais de alimentos e combustíveis afectaram toda a população e mostraram uma vulnerabilidade social grande nas camadas pobres que em grande medida poderá influenciar o ritmo de redução da pobreza. As disparidades no desenvolvimento do País, em termos geográficos e de género requerem uma afectação de fundos mais equitativa para reduzir estes desequilíbrios.
12. A *Gestão das Finanças Públicas* mostrou um bom desempenho em 2008. O Governo está empenhado na continuação e aprofundamento destes desenvolvimentos na Gestão das Finanças Públicas (GFP) e tendo constatado a necessidade de uma estratégia de longo prazo, decidiu elaborar uma Visão Estratégica da Gestão de Finanças Públicas, a ser finalizada durante 2009. A continuação da expansão do e-SISTAFE com o uso da execução por via directa tem sido crucial para os progressos observados, trazendo gradualmente maior transparência, responsabilidade e reforço do controle da execução do OE. A consolidação de reformas e melhorias introduzidas nos processos de orçamentação, contabilização, auditoria e controlo, assim como na gestão de receitas e do processo de aquisições do Estado tem complementado o reforço da GFP. A par dos progressos registados durante 2008, a RC notou que existem áreas que carecem de melhorias: i) necessidade de maior integração, coordenação, fortalecimento e asseguramento das funções e responsabilidades entre o sistema de controlo interno, auditoria interna e auditoria externa, ii) melhoria do sistema de gestão de aquisição e a sua própria segurança e a garantia de que a fiscalização prévia (“Visto”) não seja um impedimento para o funcionamento e desenvolvimento do sistema de *procurement*, e iii) aumentar a inclusão, cobertura e contabilização das receitas próprias, assim como o registo e contabilização de receitas de capital (concessões, privatizações e participações do Estado em empresas públicas e privadas) visando aumentar a transparência na gestão financeira tanto como diminuir o risco de corrupção.

13. Os Relatórios de *Execução Orçamental* 2008 foram mais abrangentes ao incluir informação sobre a despesa de acordo com a classificação funcional, bem como maior detalhe na rúbrica de Receitas.
14. O *CFMP 2009-2011* representou um desenvolvimento significativo comparativamente ao CFMP anterior pelo facto de ter sido adoptada a planificação com base em cenários e incluída a classificação programática da despesa. Contudo, o processo de preparação do CFMP registou um atraso significativo devido a necessidade de incorporar o impacto da subida de preços e o Plano de Acção para Produção de Alimentos (PAPA) o que impediu um alinhamento com o OE 2009. Os resultados do estudo PETS em curso no sector da Educação não eram conhecidos até à data de conclusão da RC 2009, devido ao atraso no início do trabalho de campo.
15. O desenvolvimento do Sistema de Administração Financeira do Estado (*SISTAFE*) centrou-se na consolidação das funcionalidades nucleares, nomeadamente, Tesouro, Orçamento e Contabilidade e extensão das mesmas para mais distritos e instituições autónomas. Notou-se que a porção da despesa total executada no e-SISTAFE por via directa aumentou de 11,49%, em 2007 para 23,61%, em 2008 e foi desenvolvida uma funcionalidade no e-SISTAFE da Conta Única do Tesouro (CUT) em Moeda Externa. Para maximizar o potencial da reforma, ainda constituem desafios o aprofundamento do uso do e-SISTAFE nos sectores e a conclusão dos demais módulos do e-SISTAFE. A RC recomendou o uso do e-SISTAFE pelos sectores e a não adopção de pacotes adicionais que não sejam compatíveis com o e-SISTAFE.
16. A arrecadação da receita total do Estado em 2008 foi de 38.268 milhões de Meticais superando a meta prevista em 0,9%, o que traduz em termos de pontos percentuais do PIB, a receita situar-se em 16,3% superando a meta do QAD em 0,8% Relativamente à *Reforma tributária*, verificaram-se progressos na racionalização de incentivos fiscais entre outros. Apesar de ter melhorado o nível de realização das receitas próprias, constitui ainda um grande desafio o aumento da sua inclusão e contabilização no OE, assim como o registo e contabilização de receitas de concessões, privatizações e participações do Estado em empresas públicas e privadas. O apuramento do valor da dívida acumulada do Estado, correspondente ao IVA em obras públicas com financiamento externo, foi finalizado e o seu pagamento gradual foi orçamentado e iniciado em 2008, contudo, registam-se ainda dificuldades no sector de água e saneamento. No entanto, a RC notou que se torna necessário garantir que os sectores não continuem a assumir compromissos que acumulem o mesmo tipo de dívida sem a devida provisão orçamental. Os doadores indicaram o seu desejo de discutir em mais profundidade a questão da retenção na fonte de impostos de empresas não residentes, envolvendo entre outros, o CTA.
17. Na área de *Procurement* em 2008 verificou-se uma melhoria substancial na realização de concursos públicos pelos órgãos e instituições do Estado. Não obstante este progresso, torna-se necessário garantir a operação de um mecanismo eficaz, claro e independente de gestão de reclamações, como reportada pela avaliação do Sistema de Aquisições Públicas feita em 2008 (CPAR). O principal constrangimento reportado em 2008, relaciona-se com a tramitação dos processos, pelas unidades implementadoras para a obtenção do Visto Prévio, do Tribunal Administrativo. A RC recomenda a implementação das recomendações do CPAR.
18. A percentagem de instituições de nível central e provincial com Órgãos de Controlo Interno (OCIs) em funcionamento é de 59% (um total de 49 OCIs). Foram concluídos 154 relatórios de *auditoria* pela Inspeção Geral de Finanças (IGF) com despacho. O TA realizou 350 auditorias que cobriram 33,34% do Orçamento do Estado. A RC constatou que o seguimento das recomendações das auditorias constitui ainda um desafio, pelo que se propõem a conclusão e operacionalização de uma base de dados ainda no ano de 2009 para assegurar o acompanhamento (IGF). Não obstante o esforço do Governo de incluir as receitas próprias no OE, o TA identificou receitas não orçamentadas nas entidades auditadas. A diferença entre auditorias realizadas e julgadas pelo TA ainda é grande o que mostra a necessidade de tornar o processo de julgamento mais célere. O Relatório e Parecer sobre a CGE 2007 foi elaborado e entregue à Assembleia da República (AR) dentro do prazo legal e o mesmo foi publicado no Boletim da

República, pela primeira vez, revelando um salto qualitativo na transparência relativamente aos anos anteriores.

## **Governança**

19. De um modo geral, as áreas que compõem o ***pilar da Governança registaram um desempenho misto***. Das nove metas acordadas, quatro foram atingidas nomeadamente: % do orçamento para os diferentes níveis territoriais, proposta para aumentar o número de autarquias depositada na AR, N° cumulativo de delegações distritais do IPAJ em funcionamento e N° de casos de corrupção: a) denunciados; b) em investigação; c) acusados; d) julgados. As metas referentes aos indicadores, N° de casos julgados por ano, e % de processos crimes esclarecidos não foram atingidas e mais três outros indicadores igualmente não atingiram as suas metas, contudo apresentam progressos (como por exemplo: % de Conselhos Consultivos Distritais operacionais (mínimo 3 reuniões por ano) com prestação de contas do Governo e % de casos instruídos dentro dos prazos de instrução preparatória).
20. No domínio da ***Reforma do Sector Público, de entre várias realizações destacam-se as seguintes***: a aprovação da Política Salarial de Médio Prazo (PSMP), conclusão do processo de elaboração das especificações técnicas do software do sistema de gestão de recursos humanos; a revisão do Estatuto Geral do Funcionário e Agentes do Estado e aprovação da estratégia do género na função pública. A RC constatou a necessidade da operacionalização da implementação da nova Política Salarial ser precedida de estudos e análises técnicas com vista a avaliar a sustentabilidade financeira, iniciou-se também o pagamento de salários pela via do e-SISTAFE, bem como a RC notou a necessidade de actualização permanente do Cadastro dos Funcionários e Agentes do Estado.
21. Na área da ***descentralização*** importa ressaltar a institucionalização de mais 10 autarquias e o início da descentralização dos fundos sectoriais e de competências na sua gestão, assim como a aprovação dos quadros de pessoal provinciais e distritais e a aprovação do guião de funcionamento dos Conselhos Locais. Decorrente da implementação do processo, o desafio actual reside na capacidade distrital existente para a implementação da descentralização financeira: mormente no que diz respeito a insuficiência de infraestruturas de suporte ao e-SISTAFE. No geral, a avaliação do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OIIL) feita pelo Governo é positiva, mas a implementação do mesmo mostrou a necessidade de melhorar o uso dos instrumentos que regulam as actividades. Em alguns distritos foi reportado a falta de transparência na alocação dos fundos aos mutuários, a ausência de prestação de contas, e uma baixa taxa de reembolsos.
22. No que concerne a implementação da ***Estratégia Anti-Corrupção*** notou-se uma acção mais visível no sector de Justiça e na administração pública, mas as dificuldades para medir o impacto desta acção persistem. A RC notou a necessidade de reforçar a monitoria passando pela melhoria na identificação dos indicadores e na intervenção dos Observatórios de Desenvolvimento na monitoria do processo, o que abre espaço para a sociedade civil participar no mesmo. Relativamente aos planos de acção anti-corrupção, várias acções tiveram lugar ao nível sectorial (Interior, Educação, Finanças, Saúde, Justiça), sendo o sector da Saúde o único que finalizou a revisão do plano de acção anti-corrupção. O processo de harmonização e actualização da legislação nacional anti-corrupção foi lançado recentemente.
23. No âmbito da ***Justiça*** foi notável a expansão da assistência e patrocínio jurídico e judiciário aos cidadãos ao nível dos distritos, assim como a aprovação do Plano Estratégico Integrado da Justiça (PEI) permitindo o alinhamento das acções do Sector com as políticas nacionais e a sua conseqüente monitoria e avaliação. Foi igualmente concluída a auditoria de desempenho ao Sector da Justiça, tendo sido acordadas as acções de seguimento bem como a elaboração da proposta do sector para a implementação das recomendações até finais de Junho de 2009. No que diz respeito à reforma legal, foram aprovados importantes diplomas legais, tais como a Lei de Organização Jurisdicional de Menores, a Lei sobre Protecção da Criança, a Lei sobre Tráfico de Pessoas, entre outros. Não obstante,

continuam a verificar-se atrasos em relação a outros instrumentos legislativos como, por exemplo, o Código Penal, o Código do Processo Civil e outros. Persiste igualmente, a necessidade de melhorar as condições da população prisional, estando em curso medidas de mitigação. Ao mesmo tempo, mostra-se necessária a melhoria na tramitação de processos, tendo como fim o seu desfecho e o esclarecimento dos casos registados nas instituições da Administração de Justiça.

24. Durante o ano 2008 registaram-se algumas melhorias importantes na área da Governação. No que respeita a Reforma do Sector Público foram dados passos úteis incluindo a melhor consolidação das suas instituições. Os alicerces têm sido reforçados para melhoramentos sucessivos na qualidade da prestação de serviços à população, não obstante ainda faltarem alguns instrumentos legais. O diálogo entre as partes sobre a Governação ficou melhor especificado e mais produtivo. O desempenho também evidenciou que os serviços estão a ser estendidos na prática, apesar de parte das metas não terem sido cumpridas na íntegra. Espera-se destes progressos, haver um salto qualitativo no que respeita à implementação das leis, das estratégias e dos planos no sector da Justiça e na área da Governação. A RC constatou que estão em curso esforços consideráveis no sentido de consolidar o processo da descentralização e teceu um elogio ao Governo pela sua determinação em atingir este objectivo, sendo contudo, necessário finalizar a Política e a Estratégia de Descentralização.
25. A RC constatou, mais uma vez, a necessidade de consolidação dos sistemas de monitoria dos grandes processos da Reforma do Sector Publico (Estratégia Global RSP, Descentralização, Justiça, Estratégia Anti-Corrupção). O aperfeiçoamento dos mecanismos de recolha e tratamento de informação credível e em tempo útil constitui pois a mais alta prioridade. Com vista a melhorar o trabalho no pilar da governação, concordou-se em desenhar iniciativas concretas para a monitoria.

### ***Capital Humano***

26. O pilar de ***Capital Humano mostrou um desempenho misto*** ao atingir quatro dos dez indicadores acordados, designadamente, a taxa de conclusão da rapariga no ensino primário, cobertura de partos institucionais, Nº de novas fontes dispersas construídas, pessoas beneficiando de programas de protecção social. Noutros cinco indicadores as metas não foram atingidas apesar de registrarem progressos (cobertura de DPT/HB-3ª dose, rácio aluno/professor, Nº total de pessoas que beneficiam de TARV, Nº de crianças que beneficiam de TARV, taxa líquida de escolarização da rapariga). No entanto, em relação ao indicador de monitoria de redes mosquiteiras, por causa da sua complexidade não foi possível fazer uma monitoria anual, e já se concordou um outro indicador para ser utilizado no futuro, relacionado à cobertura de serviços de saúde. Enquanto se observam melhorias na área de recolha de dados em várias áreas, a falta de dados definitivos do Censo Populacional de 2007 impede que se faça uma avaliação mais precisa dos indicadores do QAD.
27. Esforços significativos têm sido envidados para reformar e expandir o sistema de gestão de finanças públicas (e-SISTAFE) e a introdução da metodologia da orçamentação por programa. Todavia, a alocação de recursos deve levar em consideração a necessidade de minimizar as disparidades existentes tanto em termos geográficos como de género, de reverter a insegurança alimentar das populações vulneráveis, os níveis de mortalidade infantil e materna intra-hospitalar. Tendo em conta que 50% de mortalidade infantil é associada à subnutrição, constitui desafio a redução da prevalência de crianças sofrendo de desnutrição crónica (41%, BdPES 2007), evidenciada por altura baixa em relação à sua idade pelo que se requer maior atenção. Igualmente, a RC notou a necessidade de se expandir os programas de protecção social de forma a abranger um maior número de pessoas necessitadas.
28. A RC notou que a sociedade civil, o sector privado e as organizações comunitárias jogam um papel cada vez mais importante na expansão e na garantia da sustentabilidade dos serviços (por exemplo, educação, reparação dos furos de água, trabalhadores da saúde da comunidade) como complemento a acção do Governo. Registaram-se melhorias na descentralização dos fundos e na gestão financeira e na

execução do orçamento (principalmente dos fundos canalizados através da CUT), no entanto, a RC recomenda o aumento da previsibilidade das contribuições externas a médio prazo, particularmente no que diz respeito ao apoio financeiro a projectos (Educação e Saúde).

29. O sector da **Educação e Cultura** continuou a registar progressos na implementação do seu Plano Estratégico e registaram-se progressos na escolarização da rapariga que melhorou de 70%, em 2007 para 73%, em 2008 alcançando-se o equilíbrio de ingressos entre meninos e meninas. Não obstante, o sector continua a enfrentar desafios, com destaque para a necessidade de acelerar as reformas para melhorar a qualidade de ensino em todos os níveis, assegurar a expansão do ensino pós primário de maneira sustentável e sem afectar os progressos já alcançados no ensino básico, e melhorar a gestão do sistema de educação, particularmente nos níveis descentralizados, especificamente propõem-se tomar medidas para melhorar a gestão dos programas de construção escolar a custos sustentáveis e com qualidade, bem como os respectivos modelos, de construção de escolas em todos os níveis de ensino.
30. Na área de **Saúde**, o desempenho do sector foi misto, mostrando progressos, tais como o reforço da capacidade do serviço nacional de saúde, a eliminação da lepra e uma diminuição dos casos de óbitos por malária registados. Apesar destes progressos, o sector enfrenta ainda desafios para aumentar o volume de serviços primários de qualidade, em termos de mortalidade infantil e mortalidade materna intra-hospitalar registadas, Cobertura de Cuidados Obstétricos de Emergência Completos (COEC), infecções associadas ao HIV/SIDA, envolvimento comunitário bem como materiais e equipamento e a abertura de postos sentinelas de vigilância epidemiológica nutricional. Devido a entrada tardia de recursos externos, a execução orçamental do sector foi baixa.
31. Na área de **Águas** a taxa de cobertura mostrou um aumento substancial a avaliar pela informação disponibilizada. Todavia, a RC constatou que a disponibilidade de dados é limitada e a informação precisará de ser verificada usando o Censo e outras fontes. Na zona urbana, o nível de cobertura aumentou de 40%, em 2007 para 50%, em 2008. Na zona rural, a taxa de cobertura aumentou de 49% para 52% nos anos respectivos. No domínio do **Saneamento**, as taxas de cobertura urbana e rural atingiram valores estimados em 50% e 40% respectivamente. Permanecem neste sector os problemas com as dívidas resultantes do não pagamento do IVA e das comparticipações. Outrossim, o deficiente abastecimento de água potável e saneamento do meio levaram a eclosão de cólera, que afectou a vida de milhares de pessoas a nível nacional. Face a este problema, a RC julga ser urgente aumentar as medidas de resposta e promover uma abordagem multi-sectorial integrada para lutar contra doenças com particular enfoque na prevenção. São necessários esforços acelerados e concertados através de todos os sectores a fim de conter e prevenir a eclosão futura de doenças como a cólera e a malária.
32. Na área de **Mulher e Acção Social**, a meta da protecção social foi alcançada. A RC notou que não obstante a prioridade atribuída à questão da protecção social no PARPA II, os fundos alocados continuam a ser insuficientes para a implementação dos programas do sector, o que ditou a redução dos beneficiários de 279.800 para 152.763. No âmbito de melhoramento do sistema de comunicação e produção de informações fiáveis do sector, o MMAS começou a operacionalizar um fluxograma de recolha e validação de dados e um guião de elaboração de relatórios. A ausência de informação sobre o universo de potenciais beneficiários por grupo alvo do sector continua a ser uma dificuldade para o processo de planificação, orçamentação e medição do impacto das intervenções, requerendo o estabelecimento de um “base-line” fiável.

### ***Desenvolvimento Económico***

33. Os sectores que compõem o **pilar de desenvolvimento económico tiveram um desempenho misto**. Em relação ao QAD, três metas de nove foram atingidas (Nº total de camponeses assistidos pelos serviços de extensão, Nº de comunidades delimitadas e registadas, e Nº de novas ligações a rede eléctrica). As metas de seis indicadores não foram atingidas, sendo que três mostraram progressos, nomeadamente a elaboração do Decreto-Lei do Contrato de Seguros, o tempo necessário para efectuar uma importação e

exportação, e a percentagem de estradas em condições boas e razoáveis. As metas que não foram atingidas são a implementação das recomendações do estudo actuarial no INSS, o custo de contratação e despedimento de trabalhadores, e o N° de novos *Ha* de regadios construídos e/ou reabilitados.

34. São de notar os vários progressos alcançados como a expansão da rede eléctrica, a expansão da cobertura do sistema financeiro, a aprovação da estratégia para a melhoria do ambiente de negócios e a expansão da teledensidade, bem como o início da implementação do PAPA.
35. Apesar dos progressos neste pilar, persistem ainda desafios relacionados com (i) a maior coordenação dos investimentos infraestruturais de forma a maximizar o seu impacto no desenvolvimento, (ii) os elevados custos nas operações de comércio internacional, e (iii) os elevados custos das ligações de telefonia e do acesso a Internet.
36. ***O desenvolvimento das zonas rurais*** mostrou progressos mas continua a constituir um desafio. Esperam-se impactos como consequência da expansão da rede de estradas, e ainda da rede eléctrica, tendo até ao final de 2008 sido ligadas à rede nacional de energia um total de 80 Sedes Distritais, o que eleva para 13% o total da população com acesso a energia eléctrica. Notou-se também uma expansão significativa da rede bancária (para mais 11 distritos) e dos serviços de educação e de saúde. A aplicação dos OIIL tem fornecido capital para os distritos e aumentado a produção local. A implementação do PAPA, que realça um maior alcance dos serviços de extensão agrícola, terá impacto na produtividade camponesa. No entanto, a RC constatou a necessidade de maior coordenação entre os serviços prestados e mais esforços para garantir a participação comunitária nos programas de desenvolvimento local, com destaque para formação e operação de pequenas e médias empresas, aliado a uma maior celeridade no reconhecimento legal e protecção do direito das comunidades ao usufruto dos recursos localmente disponíveis, incluindo a terra usada pelas comunidades.
37. No sector das ***Pescas***, o Plano Estratégico do Sub-sector da Pesca Artesanal 2008-11 – PESPA, foi um instrumento importante para uma intervenção concertada em prol da melhoria das condições de vida das comunidades que dependem da actividade pesqueira, tendo definido uma intervenção concertada para as áreas que foram definidas como prioritárias. Continuaram intervenções com vista a melhorar as condições de vida das comunidades pesqueiras destacando-se a introdução de tecnologias de pesca melhoradas, construção de infra-estruturas sociais e comunitárias (mercados para venda de pescado, escolas, unidades sanitárias, fontes de água, manutenção das vias de acesso aos centros de pesca) e provisão de serviços financeiros.
38. A reabilitação e manutenção periódica de ***estradas*** contribuíram para manter um nível satisfatório de transitabilidade. A construção e reabilitação de pontes registou também um desempenho positivo, tendo sido concluídas três grandes pontes (Moamba, Guijá e Lugela) para além de avanços significativos nas pontes sobre o Zambeze e o Rovuma, progressos na reabilitação da linha férrea de Sena que entrou na sua fase final, bem como o registo de volumes cada vez crescentes de carga manuseada no porto de Maputo, como resultado dos recentes investimentos públicos e privados realizados. De referir que o sub-sector extractivo continua a manifestar uma tendência de crescimento substanciada pela expansão na capacidade de exploração do gás de Pande, prospecção de petróleo no bloco de Sofala e na baía do Rovuma, bem como progressos assinaláveis nos projectos carboníferos de Moatize. Assinala-se a conclusão da instalação da fibra óptica em todas as capitais provinciais. A teledensidade aumentou, elevando para 20% a fasquia da população com acesso a um telefone.
39. No ***sector financeiro***, verificam-se progressos importantes, entre os quais se destacam (i) uma variação de 45,9% do crédito nominal; (ii) o rácio de solvabilidade situou-se em 13,9%; (iii) o rácio crédito vencido/crédito total situou-se em 1,94%; (iv) uma redução do *spread* das taxas de juro para 10,02%; (v) o número de agências bancárias aumentou em 69 em 2008 atingindo a cifra de 343; (vi) a extensão da rede bancária em 11, chegando a uma cobertura de 44 distritos dos 128 existentes no país tendo sido instaladas 83 ATMs; (vii) até ao final do ano em análise foram instalados no País 4.103 POS e 514

ATM. Houve um aumento de clientes de microfinanças na ordem de 25,7% e um crescimento da carteira de micro crédito em torno de 15,7%. A implementação de IFRS/IAS no sector bancário foi efectuada com sucesso. Não obstante, o financiamento ao sector produtivo, particularmente ao subsector agrícola, continua incipiente. No contexto da crise financeira global, em que fontes alternativas de financiamento poderão escassear, é de encorajar que internamente o sector financeiro assegure o financiamento ao sector produtivo, em parte como medida de mitigação dos efeitos da crise.

40. No *sector de segurança social (INSS)* houve uma inscrição acima das metas e introduziram-se a concessão do subsídio da maternidade, e melhoramento no subsídio de doença e pensões de velhice. A meta de implementação das conclusões do estudo actuarial não foi atingida, devido a necessidade de usar outra metodologia de análise (métodos de repartição). Por outro lado, os PAPs notaram que durante o ano de 2008 foram levantadas uma série de preocupações sobre a gestão administrativa e financeira do sistema de segurança social, com particular referência à gestão do sistema de aquisições. Neste contexto, a melhoria do sistema de gestão financeira, assim como o desenvolvimento e implementação da estratégia de investimento do fundo de segurança social representam desafios importantes para contribuir para o desenvolvimento de um sistema sustentável de segurança social.
41. No sector de *seguros* não foi possível alcançar a meta de introdução de IFRS, no entanto, o Decreto Lei sobre o Regime Jurídico do Contrato de Seguro foi aprovado e a supervisão do sector na base do risco foi consolidada.
42. Em relação ao sector da Agricultura, o Plano de Acção para a Produção de Alimentos (PAPA) operacionaliza a *Estratégia da Revolução Verde* e foi uma resposta à crise mundial de preços dos alimentos. Entre as acções de maior relevo no processo de implementação do PAPA figuram o fortalecimento da extensão agrícola, o aumento do número, da capacidade e dos meios de trabalho dos extensionistas, bem como a provisão de sementes e outros factores de produção. No contexto da priorização dos programas de irrigação, expansão e melhoria da qualidade dos serviços de extensão e investigação, o Governo está a finalizar o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA).
43. A diminuição do número de operadores de licença de exploração simples e o aumento da exploração florestal em regime de Concessão constituíram conquistas do subsector florestal, uma vez que reforça a sustentabilidade na utilização. As áreas reflorestadas aumentaram em 25,2% em relação a 2007. É de salientar que o número de comunidades que receberam os 20% das taxas de exploração florestal aumentou em 41,2%. No entanto, o número de comunidades beneficiárias ainda não é satisfatório: quase a metade delas não foram abrangidas. O processo de delimitação das terras comunitárias enfrenta desafios de várias ordens, o que sugere a necessidade de avaliar a aplicação correcta do quadro legal no âmbito da Lei de Terras, junto as comunidades.
44. Moçambique é rico em recursos naturais. Apesar de alguns investimentos, tanto nacionais como estrangeiros, estarem em curso para realizar o potencial existente, registou-se ainda uma grande necessidade de investimentos neste sector. A RC sublinha a necessidade de assegurar um processo competitivo e transparente para as concessões, incluindo a necessidade de assegurar a participação de investidores locais de forma transparente, tomando medidas que previnam situações de conflito de interesses. Há igualmente a necessidade de assegurar que as receitas do Estado provenientes das concessões bem como as de participações do Estado em empresas, sejam explicitadas no OE. A adesão de Moçambique à EITI (*Iniciativa para a Transparência na Indústria Extractiva*) constitui um excelente e elogiável ponto de partida para este efeito.
45. Foi aprovada a *Estratégia para a Melhoria do Ambiente de Negócios*, no âmbito da qual foram implementadas as seguintes reformas: (i) a eliminação da exigência de capital mínimo e depósito bancário na constituição de empresas, (ii) a introdução do regime de Licenciamento Simplificado, e (iii) aprovação do novo Código de Benefícios Fiscais. Apesar destas reformas, de acordo com o relatório do

Banco Mundial, o País desceu o seu posicionamento global no *Doing Business Ranking* em dois lugares, situando-se na 141ª posição, num universo de 181 países. De notar que a avaliação acima não incorpora as reformas mencionadas. Contudo, a RC recomenda uma continua intervenção para melhorar o ambiente de negócios com vista a atrair investimentos para o sector produtivo e que resulte na criação de novos empregos.

46. Por outro lado, o *sector privado* levanta preocupação em relação (i) às inspecções e multas arbitrárias dos agentes do Estado, particularmente nas áreas de trabalho e finanças, (ii) às dificuldades na contratação de mão-de-obra estrangeira, não obstante a aprovação do respectivo regulamento, (iii) aos elevados custos de realização do comércio internacional. Destaca-se, por um lado, os elevados índices de corrupção identificados pelo sector privado como um dos principais constrangimentos, a par dos elevados índices de contaminação por HIV/SIDA.

### *Assuntos Transversais*

47. O nível de desempenho nas áreas transversais com base nos indicadores do QAD mostrou uma evolução positiva em geral. A área dos assuntos transversais comporta 4 indicadores no QAD dos quais as metas de três foram atingidas (percentagem de mulheres grávidas HIV positivas que recebem tratamento, número de agências de desenvolvimento económico local e número de planos estratégicos distritais de desenvolvimento com uma componente espacial integrada) e uma não foi atingida mas registou progressos (PES/OE e BdPES reflectindo as acções, orçamentos e progressos no âmbito do género).
48. A Revisão Conjunta constatou a necessidade de reforçar a análise e enquadramento das questões transversais a todos os níveis onde os sectores devem incluir abordagens específicas de modo a contribuir para a busca de soluções aos crescentes problemas da feminização da pobreza rural, dos desastres naturais, do meio ambiente (gestão de recursos naturais e mudanças climáticas) e do HIV/SIDA, com envolvimento de todos os actores.
49. De referir que o País tem registado progressos com vista a atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs). Contudo, o alcance atempado destes objectivos pode ficar ameaçado pelo desenvolvimento da pandemia do SIDA a nível nacional. Os dados epidemiológicos de 2007 sugerem que as taxas de prevalência do *HIV/SIDA* são muito altas, em particular entre jovens raparigas, afectando 16% da população e deste universo 58% são mulheres. Embora a prevalência média possa não ter mudado dos 16% desde 2005, algumas províncias têm atingido níveis muito elevados, com valores em alguns distritos de até 38% de seropositividade entre as mulheres grávidas. Isto torna ainda mais urgente a conclusão do novo Plano Estratégico Nacional de HIV/SIDA, o PEN III. Uma prioridade clara é uma ampliada acção de prevenção, a que deve ser devidamente incorporada num único plano nacional compreensivo de combate ao HIV/SIDA.
50. Foram aprovadas a nova Estratégia Multisectorial de Aceleração da Prevenção da Infecção do HIV/SIDA e a Lei sobre “a Defesa dos Direitos Humanos e o Combate contra a Estigmatização e Discriminação da Pessoa Vivendo com HIV e SIDA”. Não obstante, os progressos alcançados em termos de tratamento e de PMTCT, a Revisão Conjunta recomenda maiores esforços para acelerar e otimizar a resposta contra o HIV/SIDA em todos os sectores com particular enfoque na prevenção e na operacionalização da Estratégia Nacional de Prevenção recentemente aprovada. Paralelamente, a implementação dos programas de HIV/SIDA no local de trabalho (no sector público e privado) para mitigar os impactos negativos nos trabalhadores deve merecer prioridade, aliada a uma melhor integração da abordagem de protecção social, particularmente em relação às crianças órfãs e vulneráveis e às pessoas que as cuidam.

51. O País respondeu com eficácia as diversas calamidades, designadamente, à acção combinada de cheias, ciclone Jokwe e ventos fortes no âmbito do Plano de Contingência e a violência xenófoba na África do Sul, prestando apoio adequado aos moçambicanos afectados. Por outro lado, continuou a prestar assistência às pessoas afectadas pela seca e a implementar medidas de redução do risco de calamidades. O Governo reforçou adicionalmente as medidas de monitoria e prevenção de doenças associadas à escassez de água potável. Contudo, continua como desafio a redução da vulnerabilidade do País às calamidades naturais, a necessidade de integração dos indicadores definidos no plano directório de prevenção e mitigação nos Planos Económicos e Sociais e orçamentos sectoriais.
52. De referir que o efeito combinado das calamidades mencionadas e a subida galopante dos preços dos alimentos e dos combustíveis, agudizou a vulnerabilidade das populações em relação a sua **segurança alimentar e nutricional**. Não obstante as adversidades ocorridas, os níveis da população em situação de extrema insegurança alimentar e nutricional no País reduziu de 520,000 (2007) para 450,000 (2008) pessoas, devido essencialmente as intervenções realizadas pelo Governo e os seus parceiros na disponibilização de insumos de produção. Continua um desafio a coordenação da resposta nacional e multissetorial para a melhoria dos actuais níveis de insegurança alimentar (35%) crónica em todo o País e de levar avante acções de educação da população em matérias de nutrição melhorada.
53. No âmbito do **Gênero**, foram registados progressos importantes nas áreas de prevenção da violência doméstica e atendimento às vítimas, no empoderamento económico da mulher, no atendimento à mulher grávida, no enquadramento e aproveitamento escolar da rapariga, na construção civil, e outros. Registaram-se progressos no MISAU, MINT, MMAS, MINAG, MEC através da elaboração de estratégias de género e planificação e orçamentação na óptica de género. Recomenda-se fortemente, a desagregação dos dados por sexo, a sua apresentação e análise sistemática no PES e BdPES, a adopção da orçamentação na óptica de género para assegurar a integração de género no PES/OE, bem como a formulação da estratégia de protecção da rapariga contra o abuso sexual nas escolas. No entanto, ainda há muito por fazer, no que respeita a integração das questões de género nas actividades do sector público, destacando entre outras, medidas especiais contra a crescente feminização do HIV.
54. No que diz respeito ao **Meio Ambiente**, mereceram destaque as seguintes áreas: i) a área da legislação com aprovação dos regulamentos da Lei de Ordenamento Territorial, da gestão de substâncias que destroem a camada de ozono, e para o controle de espécies exóticas e invasivas e o decreto que altera o regulamento da Avaliação de Impacto Ambiental; ii) a elaboração do Programa de Educação, Comunicação e Divulgação Ambiental (PECODA); (iii) a aprovação pelo CONDES dos Termos de Referência para Avaliação Ambiental Estratégica (iv) a aderência do País a iniciativa EITI, no intuito de planificar e controlar melhor a exploração sustentável dos recursos naturais; e (v) as acções de contenção da erosão na orla marítima das cidades da Beira e de Maputo. Para dar a devida prioridade a área do ambiente na agenda do Governo, a RC sugere que se levem a cabo algumas acções para o fortalecimento da coordenação intersectorial e a implementação da legislação ambiental, e que se desenvolvam trabalhos analíticos, assim como acções de sensibilização sobre as questões ambientais.
55. Quanto a **Desminagem**, em 2008 foi aprovado o Plano Nacional de Acção contra Minas 2008-2012 e estendido o prazo para a conclusão da desminagem no País até 2014, no âmbito da Convenção de Ottawa. Durante o ano em referência foram desminadas 235 áreas, correspondentes a 2.24 milhões de m<sup>2</sup>, superando em 42% e 16% a extensão e número de áreas planificadas. Para a conclusão da desminagem até 2014, o grande desafio consiste na utilização económica dos recursos disponíveis e na mobilização sustentável de novos recursos financeiros (actualmente estimados em USD32.6 milhões).
56. No que diz respeito ao **Desenvolvimento Rural**, foram alcançados resultados positivos destacando-se: i) Estabelecimento de 10 Agências de Desenvolvimento Económica Local; ii) implementados Programas de Apoio a Mercados Agrícolas. Existem no País 4.929 associações e 95 instituições Microfinanceiras. Na comunicação, foram instaladas 10 Rádios e uma Televisão Comunitária. O sector continuará a

trabalhar na legalização das associações e promover formações para adoptar os utentes de conhecimento e práticas para a sua sustentabilidade.

57. Quanto a *Ciência e Tecnologias*, foram desenvolvidas acções em quatro pilares, nomeadamente: i) Investigação científica, ii) Transferência de Tecnologia e Inovação; iii) Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e, iv) Divulgação e Promoção da Ciência. Estas acções foram de impacto positivo para as populações locais/grupos alvos, em termos de projectos, bolsas de estudos, estágios fora do País, operacionalização das Vilas de Milénio, e outros.

#### **Actualização da informação sobre o Banco Austral**

58. A Revisão Conjunta tem estado anualmente a seguir o processo relacionado com a reestruturação do **Banco Austral (BAU)**. A recuperação do crédito mal parado continuou em 2008 a um passo comparável com os anos anteriores. Nota-se que a recuperação do crédito dos 70 processos a serem cobrados pelo Estado baixou por metade em 2008, chegando contudo a uma cobrança cumulativa de 26,43% do total a recuperar. Da carteira executada pelo BAU, 59,2% foi recuperado até ao fim de 2008, perfazendo assim no global uma recuperação total acumulada de 50,1% da carteira de crédito mal parado a cobrar.

#### **Avaliação dos PAPs**

59. A revisão do *desempenho dos PAP em 2008* foi efectuada por uma equipa de consultores independentes. A base para a avaliação foi a matriz QAD dos PAPs para 2008 que inclui a *composição de carteira, utilização dos sistemas de gestão de finanças públicas do Governo e a previsibilidade a curto prazo do apoio geral ao orçamento*. No geral, o *desempenho* do grupo foi *misto*, com melhorias em algumas áreas mas com um desempenho fraco em outras áreas. Todavia, quando comparado com 2007 o desempenho dos PAPs revela que, se registaram progressos em quase todas as áreas, mas muitas vezes não suficientes para atingir as metas.
60. Não obstante os progressos registados, continuam a não ser atingidas as metas de composição de carteira. Persistem incumprimento no uso de sistemas de auditoria nacionais, o número de missões conjuntas e Cooperação técnica coordenada. Nestes indicadores os PAPs não conseguiram realizar as metas do grupo.
61. No que concerne a *composição de carteira, houve um aumento da proporção de AGO e de apoio programático no total de ajuda externa dos PAPs*, comparado com o ano anterior, embora que estes aumentos não foram suficientes para atingir as metas. O AGO foi de **38%**, *contra uma meta de 40%*, e o apoio programático total foi de 66%, contra a meta de 75%. Houve também um desempenho misto na área da previsibilidade; foi reduzido o número de PAPs com acordos de menos de três anos, mas não foi possível atingir a meta. Todos os PAPs fizeram compromissos no prazo estabelecido, mas duas agências não conseguiram desembolsar no trimestre para os quais esses desembolsos estavam calendarizados. Embora a parceria e o diálogo entre os ministérios e os seus parceiros se tenha desenvolvido positivamente, continua a existir problemas na área de alinhamento, particularmente no que diz respeito ao registo no orçamento dos projectos bilaterais e à fiabilidade da informação sobre os compromissos de médio prazo. A RC recomenda que todos os parceiros desembolsem nos períodos programados.
62. Quanto à utilização dos sistemas do Governo, uma maior parte da ajuda externa desembolsada pelos PAPs foi registado no OE. *As metas de utilização dos i) procedimentos de execução, ii) prestação de contas financeiros, iii) procurement nacionais foram todas atingidas*. No entanto, não foi atingida a meta para utilização dos procedimentos de auditoria nacionais.

63. O grupo *não atingiu nenhuma das três metas na área de consolidação e harmonização da condicionalidade*. Embora se registre algum progresso na eliminação de excepções ao anexo 10, a RC considera ainda insuficiente. De notar que os PAPs com excepções ao anexo 10 no MdE (indicador 10) reduziu de 7, em 2007 para 5 em 2008. Registaram-se em 2008, *165 missões contra uma meta de 120*. A meta sobre missões conjuntas também está longe de ser atingida, tendo sido realizado 24% contra a meta de 35%. Deste modo, a RC notou a necessidade dos PAPs implementarem planos concertados para reduzir o número de missões. *No Reforço Institucional, atingiu-se duas das três metas, as de número de PIUs paralelo e a % de cooperação técnica sectorial*. No entanto, a meta sobre cooperação técnica oferecida através de programas coordenados não foi atingida.
64. A Avaliação do *desempenho individual* dos parceiros, que toma em consideração os indicadores referidos no parágrafo 58, mostra que coube a classificação dos **mais fortes** (com 34 – 38 pontos) aos parceiros DFID, Suíça, Holanda, Bélgica, Espanha, Irlanda e Finlândia. Os PAPs com desempenho **médio alto** (de 30 – 33 pontos) foram Suécia, Noruega, Dinamarca, Canada e Áustria. Os PAPs com desempenho **médio** (25 – 29 pontos) foram a Comissão Europeia e a Itália e os que apresentaram um desempenho **médio baixo** (20 – 24 pontos) foram a Alemanha, Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento e a França. O PAP que teve um desempenho **fraco** (menos de 20 pontos) foi Portugal.
65. De notar que existem aspectos que não estão reflectidos no QAD mas pela sua importância, a Revisão Conjunta reconhece que devem ser mencionados. Neste âmbito, destaca-se *melhoria de desempenho em 2008* como sejam a manutenção *do alinhamento do QAD (do Governo) com a matriz estratégica do PARPA II*, a introdução de *compromissos indicativos para projectos, alinhado com os prazos para AGO*, o trabalho sobre divisão de trabalho entre os PAPs que ainda não foi finalizado e o funcionamento de ODAMOZ. O início da introdução e adopção dos princípios do código de conduta e divisão de trabalho da UE é visto como um passo importante no sentido da implementação dos princípios da Efectividade na Ajuda; O reforço do secretariado dos PAPs e a sua próxima coordenação com o pessoal do GdM envolvido na coordenação da ajuda ajudou a melhorar a qualidade e articulação do trabalho conjunto.
66. Por outro lado, existem áreas que necessitam de maior atenção. Embora se possa afirmar que a ajuda programática esteja a funcionar em pleno, ainda persiste muito trabalho a fazer com relação aos projectos, nomeadamente: *consolidação do sistema de compromissos indicativos*; formalização de todos os projectos com o GdM através de documentos de projecto aprovados e registo no orçamento; adopção de denominações comuns; *melhoria da previsibilidade e capacidade de implementação quer nos fundos comuns quer nos projectos* (o nível presente de execução do orçamento, mesmo em sectores e projectos prioritários, anda numa média de 61%); *eliminação do condicionalismo paralelo quer nos projectos quer na ajuda sectorial*; eliminação da cláusula “sem objecções” quando existem condições para a implementação do sistema de *procurement* do GdM. A forma como os fundos não gastos são re-incorporados no orçamento contribui para reduzir a credibilidade do orçamento. Progressos numa CT coordenada ajudarão a reforma do sector público.
67. Para os PAPs que obtiveram uma pontuação *baixa* para 2008, a RC recomenda *a melhoria da pontuação, através do desenvolvimento* de uma carteira e estrutura de gestão de projecto alinhadas com as metas do QAD dos PAPs (e da Declaração de Paris e a Agenda de Acção de Acra). Não obstante ser necessário aumentar a ajuda programática, a RC recomenda que a modalidade de projecto deve ser providenciada de uma forma alinhada com as estratégias e procedimentos nacionais com vista ao alcance das metas dos indicadores.

## CONCLUSÕES

68. Face as constatações acima referidas a Revisão Conjunta concluiu que a avaliação quer do Governo quer dos PAPs, mostra desempenho satisfatório em várias áreas do programa representado pelos indicadores do QAD, existindo no entanto áreas com fraco desempenho sobre as quais concordou-se prestar maior atenção.
- No que concerne a avaliação do Governo o desempenho foi misto tendo a Revisão Conjunta considerado que existe uma base satisfatória para os PAPs continuarem a dar apoio orçamental. As decisões sobre o nível dos compromissos para o orçamento 2010 serão comunicadas dentro de quatro semanas depois do encerramento da Revisão Conjunta.
  - Relativamente a avaliação dos PAPs o desempenho do grupo foi misto com melhorias em algumas áreas mas com um desempenho fraco em outras, o qual deverá ser melhorado.
69. Assim, concordou-se dar prioridade aos seguintes assuntos que serão analisados ao nível do *Joint Steering Committee (JSC)*, ao longo do ano:

### *Acções a serem desenvolvidas pelo Governo*

- ***Mitigação dos efeitos da crise financeira/ económica mundial***

Face aos prováveis efeitos da crise internacional na economia Moçambicana, a RC recomendou:

- (i) Acelerar a implementação das medidas concretas para estimular o sector produtivo, com particular enfoque na rápida melhoria do Ambiente de Negócios, no apoio às pequenas e médias empresas e na criação de emprego;
- (ii) Acelerar a tomada de medidas especiais para mitigar os efeitos da crise nas camadas mais pobres da população, entre outras, na área da Protecção Social.

- ***Continuação ao combate para a redução da pobreza***

Considerando o impacto da crise internacional, a RC recomendou atenção a monitoria da evolução da pobreza e à contínua prestação de serviços de qualidade à população, tais como:

- (i) Acções tendentes à reverter a taxa de mortalidade infantil e materna intra-hospitalar;
- (ii) Acções orientadas para a redução das taxas de subnutrição crónica da criança;
- (iii) Acções para melhor fazer face à pandemia do HIV e a sua prevenção e mitigação;
- (iv) Necessidade de assegurar, a médio prazo, maior equidade e eficácia na alocação de recursos reforçando a abordagem da planificação e orçamentação programática do CFMP e instrumentos relacionados.
- (v) Acções para facilitar uma melhor compreensão sobre a aplicação da Lei das Terras para as comunidades.

- ***Contínua atenção ao melhoramento da Governação***

Tendo a RC constatado progressos no programa de reformas do sector público, no diálogo entre as partes e no combate contra a corrupção, recomendou-se:

- (i) Acelerar o passo da implementação da estratégia anti-corrupção a nível sectorial;
- (ii) Melhorar a gestão de informação necessária para a monitoria e avaliação do pilar da governação em tempo útil paralelamente a necessidade de elaboração do plano de acção para implementação das recomendações da auditoria de desempenho no sector da justiça;
- (iii) Realizar o estudo comparativo sobre a adequação da legislação anti-corrupção de Moçambique às convenções regionais e internacionais ratificadas;
- (iv) Acelerar a adesão do País a iniciativa EITI bem como realizar concursos competitivos e transparentes com vista a evitar o surgimento de conflitos de interesse.

*Acções a serem desenvolvidas pelos PAPs*

- ***Previsibilidade dos fundos***

Com vista a aumentar a previsibilidade e evitar a insuficiência de fundos para a implementação das actividades programadas a RC recomenda:

- (i) A redução das divergências entre os compromissos e os desembolsos, em especial, no que diz respeito ao financiamento de projectos;
- (ii) Necessidade de implementar uma estratégia de cooperação rolante que incorpora uma revisão de médio prazo, de modo a assegurar uma previsibilidade a médio prazo.

- ***Crise financeira***

Não obstante a crise financeira, os parceiros são encorajados a imprimir esforços no sentido de apoiar os planos de desenvolvimento do País.

- ***Cooperação Técnica***

Necessidade dos parceiros procederem a uma CT mais coordenada.

- ***Racionalização das missões***

Considerando que a redução do número de missões é uma questão chave para o Governo no sentido de diminuir os custos de transacção, os parceiros, tomando em conta o papel específico de cada um, são encorajados a coordenar as missões e desenvolver esforços conjuntos com vista a redução do número de missões.

### III IMPLEMENTAÇÃO DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO

#### *Requisitos para apresentação de relatórios*

70. No geral, os requisitos do MdE para apresentação dos relatórios foram seguidos pelo Governo de acordo com o parágrafo 15 do MdE. Estes relatórios (PARPA II, PES 2008, OE 2008, CFMP 2009-2011, Balanço do PES 2008, Relatório de Execução do Orçamento 2008, Relatório e Parecer do Tribunal Administrativo 2007) permitiram um diálogo contínuo durante 2008 e também serviram de base para a Revisão Conjunta 2009. É pertinente salientar que nem o Relatório de Execução Orçamental, nem a CGE 2007 foram divulgados atempadamente para os parceiros e até agora ainda não foi enviada a versão electrónica de CGE 2007. No caso de CGE, este foi o segundo ano consecutivo em que o documento não foi disponibilizado atempadamente, constituindo uma preocupação.
71. O Grupo de Trabalho do Orçamento fez uma análise do progresso feito na elaboração do CFMP, com referência específica ao OE 2009, incluindo uma apreciação do perfil (distribuição sectorial e regional) apresentado nestes dois documentos. Este grupo também fez uma avaliação da Conta Geral do Estado do ano 2007 e do Parecer do Tribunal Administrativo de 2007. O resultado faz parte desta secção do AM, e do relatório do grupo (vide anexo IV, relatório do Grupo de Trabalho do Orçamento).
72. Considerando que a avaliação da Gestão de Finanças Públicas usando a metodologia padronizada PEFA foi realizado em 2008, decidiu-se na RC 2009 fazer uma avaliação geral de Gestão de Finanças Públicas (GFP), para além dos assuntos específicos de indicadores do QAD. Esta avaliação foi realizada pelo Grupo de Coordenação da GFP, na base de uma síntese dos diversos relatórios disponíveis relacionados com as áreas chave de finanças públicas, incluindo o relatório do CPAR, relatórios sectoriais e a avaliação de GFP na Saúde, assim como diversas auditorias. Esta avaliação encontra-se em Anexo IV deste Aide Memoire.
73. Os PAPs cumpriram com os seus compromissos de acordo com o parágrafo 16 do MdE sobre requisitos de informação.

#### *Diálogo e Revisões*

74. Os processos de monitoria e diálogo entre as revisões anual e semestral foram bem sucedidos tanto ao nível global como ao nível sectorial, sendo alinhados com o ciclo orçamental de planificação e monitoria do GdM. A RC seguiu o calendário aprovado e o uso de Português como única língua de comunicação facilitou um maior envolvimento dos intervenientes do processo.
75. Na sequência do AM da Revisão Conjunta de 2008, o GdM e os PAPs criaram um processo de trabalho coordenado para rever o MdE actual e desenhar um novo MdE, tomando em conta os desenvolvimentos na relação que se realizaram durante os cinco anos e actualizando o MdE conforme. Este trabalho culminou na assinatura no dia 18 de Março 2009 de novo Memorando de Entendimento entre o Governo da República de Moçambique e os Parceiros de Apoio Programático sobre a Concessão de Apoio Geral ao Orçamento, que entrou em vigor no dia 6 de Abril 2009.
76. Foi acordado durante a Revisão Conjunta que os seguintes indicadores do QAD 2009-2011 poderiam sofrer alterações antes da Reunião de Planificação 2009: reformulação dos indicadores Nº. 29, 34 e 40; actualização das notas técnicas dos indicadores Nº 9 e 11; substituição dos indicadores Nº. 26, 28 e 31, e a inclusão de um novo indicador para a área de Saneamento. Vide Anexo I – a coluna no QAD de assuntos pendentes em relação às Notas Técnicas e metas indicativas.

77. De acordo com os TdR da Revisão Conjunta, foi avaliado o desempenho global da GFP, para além dos assuntos específicos dos indicadores dos QAD, na base de uma síntese dos diversos relatórios disponibilizados durante 2008. A análise global detalhada está incluída no Anexo IV.
78. Uma apreciação do CFMP 2009-2011 e do Orçamento do Estado 2009, da Conta Geral do Estado 2007 e do Parecer do Tribunal Administrativo sobre a CGE 2007 foi efectuada durante a Revisão Conjunta.

### *Auditorias*

#### *Auditoria de desempenho*

79. Para o presente ano foi programada a auditoria ao sector agrário. Foi feita a avaliação das propostas e seleccionada a Empresa que reuniu os melhores requisitos. Em comparação com o calendário acordado nos TdR, a auditoria está a enfrentar atrasos. Durante esta Reunião Conjunta foi acordado o calendário para o trabalho de auditoria e a finalização do relatório conforme o seguinte: Trabalho de campo: Maio até Setembro 2009; Relatório preliminar: Outubro 2009; Relatório final: Dezembro 2009. Vide também o Anexo VI.
80. Não obstante os atrasos verificados anteriormente, o relatório de auditoria de desempenho ao sector da justiça já foi aprovado e será enviado aos auditados. Foi acordado que até finais de Junho de 2009, o sector irá preparar a sua proposta para o seguimento das recomendações, incluindo se há “*value for money*”. Reconhecendo a responsabilidade do sector no processo de elaboração e implementação da matriz para a implementação das recomendações da auditoria, os Parceiros Internacionais manifestam a sua vontade e disponibilidade para contribuir no processo de consulta na fase de elaboração da matriz, assim como no processo de monitoria da implementação da mesma.
81. O acompanhamento das recomendações será feito pela IGF no último trimestre de 2009 através da matriz de acompanhamento das recomendações mais importantes e em finais de Dezembro a IGF produzirá um relatório sobre o seguimento das mesmas. A IGF também realizará auditorias mais específicas conforme sugerido pela auditoria de desempenho.
82. O Grupo de Parceiros Internacionais na área da Justiça considera o relatório de auditoria como trabalho de qualidade e que pode ser usado como “*baseline*” ou documento de referência para trabalhos futuros, como sejam avaliações, processos de monitoria, entre outros. O documento espelha em grande medida as percepções do grupo com relação ao sector, mas sobre as quais faltava ainda uma base sólida de informações.
83. A Revisão Conjunta cumprimentou o sector pela sua colaboração, pois tal tornou possível o trabalho, que em muito poderá contribuir para o melhoramento dos processos internos de planificação e de gestão do sector. Também estendeu-se os cumprimentos à equipa que conduziu a auditoria por ter conseguido produzir um relatório de qualidade, levando em conta os desafios e constrangimentos encontrados no terreno, conforme indica o relatório.
84. Com relação a questões de substância e de índole técnico indicadas no documento, os Parceiros Internacionais propõem que sejam realizadas reuniões com o sector da Justiça, durante o segundo trimestre de 2009, dada a exiguidade de tempo entre o período da divulgação do documento e a conclusão da presente Revisão Conjunta.
85. Numa primeira leitura ao relatório notou-se diferenças em termos de dados apresentados durante as revisões conjuntas e a auditoria, como são os casos de: (pg. 69) capacidade de prisões; (pg 73) percentagem de detidos versos a cumprir pena, e (pg. 179) quanto ao número de magistrados. Estas

diferenças reflectem as conclusões anteriores de que o sistema de justiça ainda enfrenta desafios na área de estatística.

86. Tendo em conta que o trabalho de auditoria foi levado a cabo com base no POPEI (2002-2006), os Parceiros Internacionais acreditam que seria benéfico, tanto para o sector como para o próprio processo, que fosse estabelecida uma ligação entre as recomendações do relatório de auditoria e o PEI.
87. Relativamente ao acompanhamento das recomendações da auditoria prévia ao sector de águas, foi feita uma recolha de informação no Ministério de Obras Públicas e Habitação e existe um relatório preliminar, sendo que informação adicional terá de ser recolhida na Direcção Nacional de Águas e Noutras instituições. No que respeita a área financeira para além das entrevistas ao nível central seria necessário completá-las com algumas verificações por amostragem ao nível provincial de modo a obter dados actuais, estando prevista a recolha desta informação adicional para o mês de Março/Abril do corrente ano, e que irá constar no relatório final de acompanhamento das recomendações.
88. O novo MdE prevê que em cada ano as partes concordem sobre a realização de uma auditoria do desempenho num sector/área em relação aos resultados alcançados (o valor obtido pela despesa), a mesma a ser realizada por uma agência governamental de auditoria a ser indicada pelo GdM. Durante a Revisão Conjunta foi concordada a escolha da área das Calamidades em que o assunto é o Plano de Contingência versus o Assentamento Populacional do sector Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC) como objecto para a próxima auditoria de desempenho, a ser realizado por uma instituição do Governo.

#### *Auditoria aos registos financeiros do apoio programático*

89. A auditoria financeira ao fluxo de fundos do apoio programático para a Conta da Tesouraria em 2008 foi efectuada, mas o relatório final ainda não estava concluído até o fim da Revisão Conjunta. Os parceiros apelam ao Governo a conclusão atempada desta auditoria, sendo este já o segundo ano consecutivo em que o relatório final não foi entregue dentro dos prazos acordados.
90. A opinião preliminar dos auditores é que as demonstrações financeiras apresentaram de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Conta Transitória Específica, em conformidade com os princípios e práticas contabilísticas geralmente aceites. Contudo, chamaram mais uma vez atenção para a cobrança de comissões não acordadas sobre 6 transferências. Os parceiros mostraram a sua preocupação sobre o facto de esta questão ainda não estiver resolvida, repetindo-se ano após ano, e apelaram ao Governo para resolver a situação.

#### *Auditoria às Contas do Estado*

91. O Tribunal Administrativo audita anualmente as contas do Estado. O Relatório e Parecer à Conta Geral do Estado de 2007, disponível na página web do TA (<http://www.ta.gov.mz>), foi estudado em detalhe pelo grupo de trabalho de orçamento com o apoio de uma análise feita pelo Consultoria Sal. Esta análise está incluída na versão electrónica dos anexos e está disponível no website dos PAPs (<http://www.pap.org.mz>).
92. As observações contidas no Relatório e Parecer do Tribunal Administrativo sobre a CGE 2007 incluem algumas áreas de relevo a saber:
  - Realocações orçamentais durante o ano sem envolvimento e escrutínio da AR;
  - Ausência de legislação sobre Operações de Tesouraria (o regulamento em questão foi no entanto aprovado por Diploma Ministerial em Outubro de 2008);

- Ausência de regulamentação sobre previsão e recolha de Receitas Próprias (no Seminário da Despesa Pública em 2009 foi criado um Grupo de Trabalho composto por DNO e AT para análise de questões legais ligadas a receitas próprias, por forma a que o seu resultado tenha impacto no Orçamento de 2009);
  - Algumas dificuldades na implementação do Regulamento de Aquisições (Decreto 54/2005). Está em curso um trabalho conjunto com o TA visando a redução dos constrangimentos que originaram estas situações;
  - Questões relacionadas com as práticas contabilísticas e apresentação de dados na CGE,
  - Utilização do e-SISTAFE (diferenças de dados no sistema);
  - Disparidade de dados entre IGEPE e DNPE (necessidade de clarificação do tipo de disparidades).
93. Permanece a preocupação dos parceiros face a necessidade de estreitamento do diálogo entre o GdM e o TA sobre determinadas matérias (foi registado intenso diálogo em matérias ligadas ao *procurement* e á contabilização).

## IV SUMÁRIO POR PILAR DOS RELATÓRIOS DOS GRUPOS DE TRABALHO

### *Gestão Macroeconómica e Pobreza e Gestão das finanças Públicas*

94. O pilar de Gestão Macroeconómica e Pobreza mostrou um bom desempenho em 2008 e notou-se progressos em várias áreas, reflectidos na continuação do crescimento económico e relativa estabilidade da moeda, apesar da significativa flutuação de preços internacionais e a crise financeira mundial, assim como alguns passos importantes na consolidação da gestão de finanças públicas.

### *Gestão Macroeconómica e da pobreza*

95. Em 2008, o PIB em Moçambique cresceu 6,8%, ligeiramente abaixo do objectivo do PES. Este nível ainda é satisfatório, num ano excepcional de crise internacional de preços elevados dos alimentos e combustíveis e de crise financeira. Os sectores mais relevantes para o crescimento do PIB foram a Agricultura (9,4%), Construção (13%), Transportes e Comunicações (18,3%) e Serviços Financeiros (12,9%).
96. A instabilidade internacional dos preços contribuiu para que a inflação média anual de 10,3% ficasse acima da meta. A taxa acumulada em Dezembro foi de 6,2%. O Metical manteve uma estabilidade face ao Dólar americano, em parte favorecida por medidas de política, através da venda de divisas no Mercado Cambial Interbancário (MCI). Face ao Rand, o Metical alcançou uma apreciação acumulada de 24,3%. As Reservas Internacionais Líquidas atingiram 1.682 milhões de USD, equivalendo a 4,9 meses de importações e excedendo ao programado.
97. Liderado pelos bens tradicionais (variação de 41%), o valor total das exportações de bens aumentou em 241 milhões de USD em relação a 2007. No entanto, o défice comercial agravou em 405,6 milhões de USD, mas ainda inferior às previsões do PES.
98. De um modo geral, a política fiscal foi caracterizada pelo aumento na arrecadação de receitas e crescimento das despesas destinadas aos sectores prioritários do PARPA. A realização da Receita do Estado cresceu em 15,7% em termos nominais, superando a meta programada em 2,9 pp. No entanto, o total das despesas situou-se em 76,2% do previsto devido à baixa realização nas despesas de investimento com financiamento externo. As despesas nos sectores prioritários do PARPA absorveram 64,2%, tendo os sectores da Educação e Saúde absorvido em conjunto 54,5% da despesa.
99. Para 2009, no contexto da crise financeira internacional, continuará a ser um desafio que o crescimento e a estabilidade macroeconómica abarquem as camadas pobres e desfavorecidas, através da criação e expansão das oportunidades de emprego, de geração de rendimento e de acesso a alimentos, cuidados de saúde e sanitários. Para a institucionalização e melhoria da qualidade dos Observatórios de Desenvolvimento foi elaborado o esboço do Guião de Orientação dos OD's. O principal desafio é a sua rápida disseminação.
100. Existe consenso sobre a pertinência da continuidade das reflexões sobre as recomendações do Estudo sobre o Ciclo de Planificação Monitoria e Avaliação, com a preparação da Reunião Nacional de Planificação na perspectiva de estabelecer, até final de 2009, um cronograma com acções específicas de médio e curto prazo, para a implementação do plano de acção para reforma do Sistema Nacional de Planificação, Monitoria e Avaliação. A implementação do sistema de informação integrado para o PES e o BdPES é constringida pelas fraquezas da infra-estrutura informática do Ministério a nível central e provincial. Neste contexto, urge a necessidade de finalização e implementação do plano de Desenvolvimento da infra-estrutura informática do Ministério (MPD).

101. Destaque também vai para o esforço feito pelo Governo e os Parceiros na colecta de dados socio-económicos através do MICS (Inquérito de Indicadores Múltiplos) e do TIA que contribuirão para o Relatório de Avaliação de Impacto do PARPA (RAI). Lamenta-se o facto de os dados do Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF) 2008/09 não estarem disponíveis a tempo, para o uso na avaliação do PARPA. Existe a necessidade de assegurar que dados dos Inquéritos Familiares sejam disponibilizados um ano antes do fecho do ciclo quinquenal de planificação, de modo que possam ser utilizados como inputs na avaliação dos planos do médio prazo do Governo. Há também necessidade de o INE, MPD e os parceiros continuarem a trabalhar para definir o sistema para a colecta de Panel data que permitiria levar a cabo uma monitoria anual do nível de pobreza.
102. Será necessário utilizar de forma abrangente os dados do IOF e do MICS para fazer análise profunda sobre a evolução da pobreza no país. A avaliação do PARPA deverá ser utilizada para determinar até que ponto seu objectivo foi alcançado para influenciar o desenho do próximo plano operacional do programa quinquenal. É necessário assegurar uma alocação adequada de recursos para beneficiar a população mas vulnerável tendo em conta os assuntos de género. A alocação do Orçamento do Estado frequentemente não corresponde com os níveis de disparidade dos indicadores de pobreza e de desenvolvimento humano no país.

### *Gestão das Finanças Públicas*

103. A continuação da expansão do e-SISTAFE com o uso da execução por via directa tem sido crucial para os progressos observados, trazendo gradualmente maior transparência, responsabilidade e reforço do controle da execução do Orçamento do Estado. A consolidação de reformas e melhorias introduzidas nos processos de orçamentação, contabilização, auditoria e controle, assim como na gestão de receitas e do processo de aquisições do Estado tem complementado o reforço da GFP. Apesar de se registar progressos durante 2008, existem também importantes desafios e áreas preocupantes permanecem, requerendo a devida consideração em 2009 e anos seguintes.
104. O nível de execução orçamental (excluindo a componente externa e serviço da dívida) como percentagem do orçamento inicial foi bom. Este indicador foi atingido com uma taxa de execução de 98.2% e um desvio ao nível agregado de apenas 1.83% em relação do orçamento originalmente aprovado.
105. A informação contida nos REOs 2008 foi mais abrangente e melhor estruturada do que em 2007. Foram incluídos novos quadros no relatório inicial e novos mapas produzidos pelo e-SITAFE nos anexos ao relatório. Informação sobre a despesa de acordo com a classificação funcional foi introduzida bem como maior detalhe da rubrica de Receitas (maior detalhe das receitas provenientes da exploração de recursos naturais e concessões e detalhe das receitas próprias). Registaram-se progressos no domínio da inclusão de Receitas Próprias no OE. No entanto, subsiste a necessidade de se reforçar a programação e a monitoria da execução de receitas próprias para minimizar as flutuações na execução desta rubrica tal como sublinhado pelo próprio TA nos seus pareceres sobre a CGE.
106. Tendo em conta que o nível de execução da componente externa alcançou apenas 49%, é necessário que o Governo e os Parceiros revejam as suas práticas e mecanismos existentes de registo de fundos externos no Orçamento e os mecanismos de informação de execução dos mesmos.
107. O CFMP 2009-2011 representou um desenvolvimento significativo comparativamente ao CFMP anterior pelo facto de ter sido adoptada a planificação com base em cenários e incluída a classificação programática da despesa. A informação relativa ao orçamento de investimento foi apenas parcialmente incluída ao contrário de anos anteriores e verificou-se uma deterioração da capacidade de resposta dos sectores e províncias no exercício de preparação do CFMP. A planificação de médio prazo através de programas e a orçamentação anual seguindo a mesma metodologia constitui o grande desafio tanto ao nível dos sectores como ao nível do MdF \ MPD.

108. O processo de preparação do CFMP em 2008 verificou alguns constrangimentos e atrasos devido à introdução da classificação programática da despesa. Em geral, a qualidade do documento melhorou e o nível agregado do OE 2009 está em linha com o CFMP aprovado, mas ao nível desagregado por classificação económica da despesa (Despesas de Capital e Despesas de Investimento) e por sectores, foram encontradas algumas diferenças não explicadas no orçamento. Também, o CFMP não está desagregado por sectores o que se deveu ao facto do CFMP não ter apresentado o volume de recursos afectados aos sectores prioritários.
109. O processo de preparação do CFMP foi atrasado significativamente (em cerca de três meses e o CFMP não foi submetido antes do início da avaliação de meio termo ou de acordo com o ciclo orçamental). A intenção era de incorporar alguns factores externos – como o PAPA e preços de combustíveis e cereais - o que na prática acabou afectando negativamente a preparação do documento. O indicador de afectação no OE alinhada com o CFMP não foi atingido mas verificou-se progressos significativos na metodologia de preparação do CFMP.
110. Os resultados do estudo PETS em curso no sector da Educação não eram conhecidos até à data de início da RC 2009, devido ao atraso no início do trabalho de campo. Em relação ao ano anterior, o único progresso registado foi a i) assinatura do contrato entre a DNO e a empresa de consultoria e ii) o início dos trabalhos de campo no mês de Março deste ano. Este indicador não foi atingido, mas foram verificados progressos com o avançar do trabalho de campo.
111. O foco do desenvolvimento do SISTAFE foi na consolidação das funcionalidades nucleares, nomeadamente, Tesouro, Orçamento e Contabilidade e extensão das mesmas para mais distritos e instituições autónomas. Os resultados preliminares da execução do Orçamento do Estado mostram melhorias contínuas tanto no nível como na disponibilidade dos dados de execução graças à introdução do SISTAFE. A meta do indicador foi atingida, ao ser 95% a execução orçamental das UGEs para bens, serviços e investimento realizada pela via directa comparado com a meta de 90%.
112. Na perspectiva de aumentar a fracção do Orçamento de Estado executada no e-SISTAFE foram realizadas várias actividades de roll-out cujo resultado foi de inclusão de um total de 50 distritos e 25 Instituições Autónomas de nível Central. Com isso totalizou-se 320 unidades orçamentais a executar o seu orçamento através do e-SISTAFE, com 449 unidades ainda por serem incorporadas. No que tange as despesas de salários foi iniciado o processo de pagamento de salários do nível central através da via directa do e-SISTAFE e como resultado 27 instituições realizam pagamento através da via directa.
113. Notou-se que a porção da despesa total executada no e-SISTAFE por via directa aumentou de 11,49% em 2007 para 23,61% em 2008. Importa salientar que 100% da execução orçamental é registada no e-SISTAFE. O aparente baixo nível de execução por via directa deve-se a vários factores dentre eles: i) a existência de muitos projectos de financiamento externo cujos fundos ainda não passam pela CUT; ii) a existência de muitas instituições a nível central, provincial e administrações distritais que ainda não executam através do e-SISTAFE; e iii) despesa de salários e pensões ainda não executadas pela via directa. Com o propósito de incentivar a inclusão dos projectos de financiamento externo na CUT foi desenvolvida uma funcionalidade no e-SISTAFE de CUT em Moeda Externa.
114. Para maximizar o potencial da reforma ainda constituem desafios o aprofundamento do uso do e-SISTAFE nos sectores e a inclusão dos demais módulos do e-SISTAFE.
115. A arrecadação da receita total do Estado em 2008 foi de 38.268 milhões de Meticais correspondendo a um nível de realização de 100,9% do orçamento e a 16,3% do PIB, supera em 0,8% a meta do QAD de 15,5% de receita em relação ao PIB. O aumento de receita foi mais significativo nos impostos sobre o rendimento (117% do valor orçamentado), tendo os impostos sobre bens e serviços também superado ligeiramente a previsão. Este desempenho foi principalmente devido ao aumento das actividades económicas, mas também à continuação da melhoria da eficiência da administração.

116. Relativamente à reforma tributária, verificaram-se progressos com a simplificação de procedimentos para impostos existentes e a aprovação do imposto simplificado para pequenos contribuintes, assim como a racionalização de incentivos fiscais. Apesar de ter melhorado o nível de realização das receitas próprias, constitui ainda um grande desafio o aumento da sua inclusão e contabilização no orçamento do Estado, assim como o registo e contabilização de receitas de concessões, privatizações e participações do Estado em empresas públicas e privadas.
117. O apuramento do valor da dívida acumulada do Estado, correspondente ao IVA em obras públicas com financiamento externo, foi finalizado e o seu pagamento gradual foi iniciado e orçamentado. No entanto, os sectores continuam a reportar o problema, uma vez que este não foi definitivamente resolvido, porque não há garantia que os sectores não continuem a fazer compromissos que acumulem o mesmo tipo de dívida sem a devida provisão orçamental, tornando-se portanto essencialmente numa questão de natureza orçamental e não de gestão tributária. Por outro lado, um novo tipo de dificuldade surgiu em alguns sectores, no contexto do aumento do controle sobre o pagamento de impostos por não residentes, que devido a falta de informação adequada nas instituições públicas contratantes de serviços, parece estar a levar a novos problemas de gestão de contratos e endividamento. Existe no entanto o compromisso de analisar o problema à luz das práticas internacionais de tributação.
118. O indicador para as aquisições foi atingido em 2008. Em particular, 4 dentre os 4 alvos do sub-indicador esboçados na Nota Técnica foram atingidos. Nota particular é que a ambição total indicada na nota técnica de elevar a classificação do indicador do PEFA para as aquisições foi atingida. O PEFA mais recente, publicado em 2008, aumentou a classificação total para as aquisições para “B” da classificação anterior de “C”. Na reforma de procurement, as 950 UGEAs reportadas até Dezembro (em comparação com 900 previstas) foram constituídas formalmente nos sectores. Estima-se que cerca de 85% das UGEAs realizaram concursos.
119. Em 2008 verificou-se que a realização de concursos públicos pelos órgãos e instituições do Estado melhorou com um registo de 1941 concursos analisados pela UFSA, comparativamente a 1405 concursos realizados em 2007. Todos os concursos foram submetidos a publicação. Nota-se igualmente maior qualidade dos anúncios públicos e documentos de concurso preparados pelos sectores. Informação sobre os concursos realizados está disponível no Portal de Concursos Públicos. No entanto, torna-se necessário, consolidar e complementar a base de dados existente. Foram registados 256 casos de Ajuste Directo cuja fundamentação foi devidamente comunicada à UFSA.
120. Refira-se também a avaliação do Sistema de Aquisições Publicas feita em 2008 (CPAR), com introdução da Metodologia de Avaliação da OCDE. Os objectivos do CPAR foram: i) avaliar os sistemas de aquisições públicas, ii) recomendar um mecanismo de monitoria para medir o desempenho de sistemas de aquisição e o progresso para normas internacionais aceitáveis, e iii) identificar as áreas de oportunidade para melhorar e recomendar um plano de acção.
121. O principal constrangimento reportado em 2008, relaciona-se com a tramitação dos processos, pelas unidades implementadoras para a obtenção do Visto Prévio, do Tribunal Administrativo. Estão em curso acções conjuntas entre a UFSA e o TA, com vista a realização de acções de formação, elaboração de instruções e guões específicos referentes a tramitação de processos para a fiscalização prévia.
122. A percentagem de instituições de nível central e provincial com OCIs em funcionamento é de 59% (um total de 49 OCI's) o que significa que a meta não foi atingida. Estava prevista a operacionalização de 65% dos OCI's. Além destes, outros OCI's não previstos foram criados em 2008 de entre os quais em todas as representações do MAE. Notou-se que os mapas de informação sobre OCIs em funcionamento devem ser melhorados para que a informação seja mais consistente e fácil de interpretar. O financiamento ao SCI continua a constituir entrave na implementação das actividades planificadas. Ao mesmo tempo há uma fraca noção do que seja controlo interno nas instituições, o que defere da auditoria interna.

123. Foram concluídos 153 relatórios de auditoria pela IGF com despacho, o que corresponde a uma realização de 59% do total planificado. Contudo, durante este trimestre mais 43 relatórios tiveram despacho o que significa um aumento de execução para cerca de 76%. No âmbito da descentralização previa-se a realização de auditorias a 50% dos Distritos e Municípios e auditou-se um total de 50 Distritos e 21 Municípios o que se traduz numa realização de 44%. Em 2008 a IGF ainda não tinha uma janela funcional de auditoria ao e-SISTAFE, o que prejudicou a execução das auditorias.
124. Em relação ao seguimento das recomendações das auditorias (tanto auditorias internas da IGF, como a auditoria a CGE do Tribunal Administrativo) a IGF irá criar em 2009 um banco de dados para assegurar o acompanhamento. Em 2009 também será feita uma verificação das auditorias feitas em 2008, incluindo o grau de implementação das recomendações. Depois desta verificação, a IGF deve assegurar o envio ao Ministério Público das auditorias contendo indícios da prática de crimes de corrupção, se a entidade auditada não tenha tomado iniciativa própria neste sentido.
125. O TA realizou 350 auditorias que cobriram 33,34% do Orçamento do Estado. A meta estabelecida era de 30%, pelo que foi atingida. Sublinha-se, o facto de que durante a realização das auditorias o TA identificou receitas não orçamentadas nas entidades auditadas que elevaria o percentual de cobertura até 36,90%, se as receitas tivessem sido incluídas no orçamento. De notar que as auditorias realizadas em 2008 incidiram sobre contas do ano 2007, o que constitui uma melhoria significativa tendo em consideração o prazo de prestação de contas. Recomenda-se que a nota técnica seja actualizada para tomar conta desta melhoria conforme os padrões internacionais.
126. O Relatório e Parecer sobre a CGE foi elaborado e entregue à AR dentro do prazo legal. O mesmo foi publicado no Boletim da República, pela primeira vez, facilitando o acesso público ao seu conteúdo. O TA fortaleceu sua actuação na fiscalização de obras públicas. Foram realizadas 139 auditorias às obras públicas. O TA também deu início à sua primeira auditoria de desempenho, tendo sido seleccionado o sector da educação. O TA reforçou o acompanhamento das suas decisões, tendo aplicado sanções financeiras a 280 gestores.
127. Existe um desafio em melhorar o acesso público aos acórdãos e ao Relatório e Parecer da CGE. O TA ainda não tem uma ligação directa à rede do e-SISTAFE, o que representa uma limitação grave no trabalho do TA. O processo do visto prévio ainda necessita de mais celeridade, através da revisão da legislação, como seja a isenção do visto para todos os actos de pessoal que não se referissem a admissão ou inactivação. A diferença entre auditorias realizadas e julgadas ainda é grande. É preciso tornar o processo de julgamento das auditorias mais célere.
128. O Governo está empenhado na continuação e aprofundamento destes desenvolvimentos na GFP e tendo constatado a necessidade de uma estratégia de longo prazo, decidiu elaborar uma Visão Estratégica da Gestão de Finanças Públicas, a ser finalizada durante 2009, com base nas recomendações das avaliações PEFA, ROSC, CPAR, Tribunal Administrativo e Assembleia da República. O sumário do desempenho em cima e os diferentes diagnósticos apontam os seguintes preocupações como sendo os principais desafios a tomar em consideração para a Visão Estratégica:
- Sustentabilidade técnica do processo de reforma de GFP, e do novo modelo para a sua gestão e financiamento, considerando também alternativas para a falta de recursos para componentes adicionais do e-SISTAFE, como por exemplo para o e-Tributação e e-Património.
  - Melhoria do processo de dotação estratégica de recursos de médio prazo com base em objectivos e políticas de desenvolvimento, com maior articulação entre o CFMP e os processos anuais de planificação e orçamentação e custeamento desses objectivos.
  - Necessidade de mais informação quantitativa sobre o impacto na gestão financeira de processos importantes como a inclusão de fundos on-CUT e fundos do governo off-CUT. A

previsão de entrada em funcionamento da funcionalidade CUT em Moeda Externa vai contribuir para melhorar significativamente a contabilização dos fundos off-CUT.

- Metas globais do governo com respeito à execução por via directa. Por exemplo, como aumentar a fracção do OE executada no e-SISTAFE através da combinação de roll-out e incorporação de fundos externos, intensificação do uso onde já é possível e inclusão de novas categorias orçamentais. Por outro lado, é também necessário equacionar o não uso do e-SISTAFE por alguns sectores na sua gestão interna e o desenvolvimento de pacotes de gestão adicionais e paralelos, assim como a necessidade de aplicação do pagamento por via directa dos salários e em particular a ligação com a base de dados dos funcionários públicos.
- Adaptação dos procedimentos à existência do e-SISTAFE de forma inclusiva, considerando em particular o TA e a IGF.
- Aumento da inclusão e cobertura das receitas próprias e de capital no orçamento e necessidade de avaliação e controlo do risco consolidado. Implementação de nova legislação sobre empresas públicas e órgãos autónomos do estado, com base no estudo para a sua revisão, e melhoria da gestão do património e de obrigações fiscais.
- Melhoria do sistema de gestão de aquisições e defesa da sua integridade (através de implementação efectiva do Plano de Acção acordado) incluindo: aumento da capacidade da UFSA e UGEAs para aplicação adequada dos regulamentos; desenvolvimento de sistema de monitoria e avaliação; melhoria da coordenação entre as auditorias a despesas públicas entre a UFSA, IGF e TA; garantindo que o visto não seja um impedimento para o seu desenvolvimento; garantia de operação de um mecanismo eficaz, claro e independente de gestão de reclamações.
- Seguimento sistemático e consistente do trabalho de auditoria interna e externa e das recomendações do TA e da AR sobre as contas do estado. Melhoria da disponibilização efectiva ao público de informação sobre o trabalho do TA.
- Necessidade de maior integração, coordenação, fortalecimento e clarificação de funções e responsabilidades entre o sistema de controlo interno, auditoria interna e auditoria externa.

129. No contexto da parceria existente entre os Governo e os PAPs no apoio aos processos de desenvolvimento fortalecimento da GFP com base em análise continuada dos principais desafios usando instrumentos padrão de diagnóstico, ficou acordada a necessidade de continuar a usar o instrumento de pesquisa e localização de despesas públicas (PETS). Para o efeito foi indicado o interesse na aplicação deste instrumento ao sector de Saúde, devendo ser acordado até Setembro de 2009 o processo, calendário e metodologia a aplicar, com vista à sua apresentação na Revisão Anual de 2011.

### ***Pilar de Governação***

#### ***Reforma do Sector Público***

130. No quadro da Reforma do Sector Público destacam-se as seguintes realizações: a aprovação da Política Salarial de Médio Prazo que tem por objectivo atrair e reter os quadros qualificados com enfoque no distrito; a revisão do Estatuto Geral do Funcionário do Estado visando fortalecer o Aparelho do Estado, aprofundar a base legal para o exercício dos direitos e deveres dos funcionários públicos no quadro de uma função pública baseada nos valores da meritocracia e criar as condições para o desenvolvimento de

associações profissionais na função pública. No que tange à gestão estratégica de recursos humanos o governo iniciou o pagamento de salários pela via do eSISTAFE, abrangendo já 22 sectores, assim como prosseguiu-se com a operacionalização das políticas de gestão estratégica de recursos humanos, nomeadamente o sistema de gestão de desempenho, as estratégias do HIV e SIDA, e do deficiente na função pública, instrumentos que serão presentes à apreciação do Conselho de Ministros ao longo de 2009. O Governo aprovou ainda a estratégia do género na função pública.

131. No prosseguimento das acções com vista à melhoria da prestação de serviços, para além das acções de simplificação de processos em curso, o Governo iniciou o desenvolvimento do modelo de excelência que visa criar as condições para que as organizações públicas pautem por uma cultura de excelência na administração pública, contribuindo para construir uma administração pública baseada em resultados e centrada no cidadão.

### *Descentralização*

132. Entre os progressos registados na área da descentralização são de destacar a institucionalização de mais 10 autarquias, o início da descentralização dos fundos sectoriais e de competências em matéria de gestão dos mesmos, a aprovação dos quadros de pessoal provinciais e distritais e ainda a aprovação do guião de funcionamento dos Conselhos Locais.
133. No entanto, revela-se um grande desafio a capacidade distrital existente para a implementação da descentralização sectorial. Não obstante o distrito ser o pólo de desenvolvimento e apesar de ter iniciado o processo de descentralização de fundos, constata-se que grande parte do orçamento ainda é gerido a nível central e ou provincial, havendo desta forma o desafio de desconcentrar os recursos na mesma proporção que as competências o que passa antes de mais por criar capacidades em matéria de recursos humanos mas também infra-estruturas tais como sistema de fornecimento de energia eléctrica, telefonia, instituições bancárias entre outras, suportes para execução do e-SISTAFE.
134. No geral a avaliação do OIIL, feita pelo Governo, é positiva, mas a implementação do mesmo mostrou uma fraqueza dos instrumentos que regulam as actividades, o que para alguns distritos resultou na falta de critérios na alocação dos fundos aos mutuários, a ausência de prestação de contas, e uma baixa taxa de reembolsos. Entretanto, o Governo está a elaborar um pacote regulador do OIIL que vai ser baseado em consultas com todos os intervenientes.
135. Na área de participação e consulta comunitária, houve progresso no estabelecimento dos Conselhos Locais em todos os distritos, todavia há desafios em termos da consolidação do processo de institucionalização dos mesmos, sua representatividade e clareza nos processos de tomada de decisão. Por isso, uma possível revisão do LOLE deve principalmente ter como objectivo a melhoria da qualidade de participação.

### *Justiça*

136. No domínio da implementação da Estratégia Anti-Corrupção o Governo recomendou o reforço da monitoria passando pela melhoria na identificação dos indicadores e na intervenção dos Observatórios de Desenvolvimento na monitoria do processo.
137. No âmbito da reforma legal prevista, embora tenham sido aprovados importantes diplomas legais, continuam a registar-se atrasos.
138. Apesar de o Sector registar um grau aceitável de execução orçamental em geral constata-se com preocupação que algumas áreas como o sistema prisional a realização é extremamente baixa, causando conseqüências negativas para a população prisional.

139. Foi aprovado o Plano Estratégico Integrado da Justiça - PEI o que abre espaço para o alinhamento das acções programáticas do Sector com as políticas nacionais e para a monitoria conjunta envolvendo os parceiros e sociedade civil.
140. Quanto aos assuntos especiais foi concluída a auditoria de desempenho ao Sector da Justiça, tendo sido acordadas acções de seguimento até finais de Junho do corrente. Na área da luta anti-corrupção estão em curso iniciativas de harmonização da legislação nacional de anti-corrupção com as convenções internacionais ratificadas pelo Moçambique.
141. Nas lições a reter continua válida a necessidade de, por um lado, melhorar a gestão de informação necessária para a monitoria e avaliação do Sector em tempo útil, e por outro, adequar permanentemente os instrumentos de avaliação às mudanças do Sector, revendo as notas técnicas sempre que se justifique, como é o caso dos indicadores 14 e 16.
142. Os parceiros lamentam de novo a dificuldade na obtenção de dados relevantes e que permitam uma comparação com anos anteriores. Os parceiros observam a dificuldade que o sector enfrenta em cumprir com o compromisso de fornecimento de informação, o que em muito tem atrasado e dificultado o processo de revisão conjunta. A recepção atempada de dados que permitam uma comparação com o período anterior em tempo útil permitiria uma melhor apreciação dos desenvolvimentos no sector e um diálogo cada vez mais construtivo durante e entre as revisões.

### ***Pilar capital Humano***

143. Apesar do progresso que se registou na área de capital humano em 2008, este foi menos positivo do que o verificado no ano anterior. Apenas em quatro dos dez indicadores as metas foram atingidas ou ultrapassadas (40%). Noutros cinco indicadores as metas registraram progressos (50%) apesar de não terem sido atingidas. Para um indicador não existe informação disponível.
144. Em relação ao ano passado houve melhorias na recolha dos dados (especificamente na Saúde onde o facto de algumas metas não terem sido atingidas está relacionado com as melhorias verificadas nesta área), na descentralização dos fundos e na gestão financeira e execução do orçamento (principalmente dos fundos canalizados através da CUT). O pilar continua a ser confrontado com problemas na área de desenvolvimento e gestão de recursos humanos e com a qualidade dos seus serviços. Embora a parceria e o diálogo entre os ministérios e os seus parceiros se tenha desenvolvido positivamente, continua a existir problemas na área de alinhamento, particularmente no que diz respeito ao registo no orçamento dos projectos bilaterais e à fiabilidade da informação sobre os compromissos de médio prazo.
145. O ano de 2008 mostrou uma melhor execução orçamental (em volume de despesa, mas também em percentagem) nos vários sectores do Pilar Capital Humano, particularmente dos fundos controlados através da CUT. Apesar dos progressos registados continua a haver problemas na inscrição dos projectos bilaterais particularmente nas áreas da Saúde, Acção Social e de Água e Saneamento, quer na fase de planificação, quer na fase de prestação das contas, contribuindo negativamente para os níveis de execução do orçamento de investimento. No sector de Água e Saneamento permanecem os problemas com as dívidas resultantes do não pagamento do IVA e das participações que aumentaram de 356 milhões de MT em 2007 para 484 milhões de MT em 2008.
146. Apresentam-se abaixo as principais questões que surgiram através de todos os sectores do Pilar do Capital Humano e por isso merecem uma atenção especial:
147. Gestão descentralizada: A chave para um melhor desempenho na prestação de serviços às comunidades é uma implementação cada vez mais descentralizada ao nível apropriado: isto implica uma mudança no papel dos ministérios centrais que deixam de ser implementadores para se concentrarem na definição de

políticas, no desenvolvimento de padrões e na monitoria do desempenho. A implementação descentralizada ao nível apropriado requer a continuação da descentralização da gestão de recursos humanos. Este processo deve ser acompanhado pela criação das condições (ou incentivos) para a retenção do pessoal nos níveis descentralizados, particularmente nas zonas mais remotas. O sector privado e a sociedade civil jogam um papel cada vez mais importante na expansão e na garantia da sustentabilidade dos serviços (p.e., educação, reparação dos furos de água, trabalhadores da saúde da comunidade) face à capacidade limitada do Governo e também face aos constrangimentos importantes em recursos humanos.

148. Coordenação inter-sectorial -As causas da pobreza são complexas e estão inter-relacionadas e, por isso, é necessário uma resposta integrada que envolva múltiplos sectores e garanta uma coordenação inter-sectorial eficaz. É necessário fortalecer os mecanismos de coordenação existentes nos níveis nacional, provincial e distrital, incluindo entre os vários sectores que integram o Pilar Capital Humano (saúde, nutrição, água, saneamento, educação e protecção social) e parceiros de desenvolvimento. Neste sentido é necessário um investimento significativo e sustentável para fortalecer a capacidade institucional do Governo e garantir a integração da prestação do serviço social de todos os sectores em particular no nível dos distritos e comunidades.
149. Monitoria e avaliação – Houve melhorias na área da recolha de dados, embora a ainda não disponibilização dos dados do censo populacional de 2007 impeça uma avaliação mais precisa dos indicadores do QAD. Notam-se progressos positivos nas áreas de Água e Saneamento e de Acção Social na abordagem sectorial que facilita a avaliação integrada do desempenho do Governo no contexto de ajuda externa a Moçambique. É necessário que os sistemas de monitoria e avaliação existentes sejam fortalecidos particularmente no nível descentralizado do governo, a fim de monitorar tanto a qualidade como o acesso aos serviços básicos de saúde, água, saneamento, educação e protecção social com particular enfoque nos mais vulneráveis. Relativamente aos indicadores e metas, o pilar chama a atenção sobre a probabilidade dos resultados finais do censo populacional de 2007 demonstrarem estatísticas consideravelmente diferentes dos dados de cobertura actualmente produzidos pelos sectores.
150. Alocação de fundos adequada e equitativa – Os indicadores do desenvolvimento humano nas áreas da saúde, nutrição, HIV/SIDA, água, saneamento, educação e protecção social mostram que continua a existir disparidades no desenvolvimento humano em Moçambique tanto em termos geográficos (urbano/rural, norte/sul) como de género (masculino/feminino). Estas disparidades não têm sido devidamente atacadas no processo de alocação de recursos devido às articulações ainda limitadas entre os instrumentos de planificação e de orçamentação do Estado, apesar dos esforços significativos que têm sido feitos para reformar e expandir o sistema de gestão de finanças públicas (e-SISTAFE) e a introdução da metodologia do orçamento programa. São assim necessários esforços adicionais para garantir alocações do Orçamento do Estado (incluindo dos fundos comuns) adequadas e equitativas para todos os sectores correspondendo ao padrão dos indicadores do desenvolvimento humano/criança com particular enfoque no alcance dos mais vulneráveis.
151. Em 2008 Moçambique viveu repetidos surtos de doenças relacionadas com Água e Saneamento, entre as quais a cólera, que provocaram uma crise de saúde pública que afectou a vida de milhares de pessoas a nível nacional. Isto indicou a necessidade urgente de aumentar as medidas de resposta e promover uma abordagem multi-sectorial integrada para lutar contra essas doenças com particular enfoque na prevenção. São necessários esforços acelerados e concertados através de todos os sectores do Pilar do Capital Humano, em particular na Saúde e na Água e Saneamento, a fim de conter e prevenir futuros surtos destas doenças, em particular da cólera. Em 2008, o saneamento esteve na agenda nacional e internacional, sendo o ano internacional do saneamento associado à Campanha Nacional de saneamento do meio e de Promoção da Higiene lançada neste contexto. Foram alcançados resultados importantes no saneamento como consequência do aumento dos esforços.

152. Combate à corrupção - Os diferentes sectores continuaram com a implementação dos planos anti-corrupção, particularmente em termos de melhorar a transparência na gestão financeira e a área de aquisições, e através de uma melhor comunicação sobre os direitos dos “clientes” dos diferentes serviços. Contudo, persistem casos de venda ilegítima de serviços (p.e. livro de distribuição gratuita, medicamentos) e os sectores deverão continuar a trabalhar em conjunto com outras instituições do Estado (p.e. justiça) para estancar estes mal.

### *Educação e Cultura*

153. O sector da Educação e Cultura continuou a registar progressos na implementação do Plano Estratégico – PEEC. A meta de conclusão do Ep2 pelas raparigas foi atingida, tendo se fixado nos 34% (ou 39,4% incluindo o turno nocturno do EP2). O rácio de execução financeira foi de 88% (da dotação final) comparativamente a 80% em 2007. Em termos, houve um aumento de 38% do volume da despesa. Dois dos três indicadores do QAD não foram atingidos nomeadamente: (i) A meta da escolarização aos 6 anos (raparigas) situou-se nos 73% em 2008, contra os 74% programados. De referir que esta taxa se situava nos 70% em 2007 e é digno de nota que ao nível do ingresso aos 6 anos existe equidade entre as meninas e os meninos; (ii) O rácio alunos por professor de 71/1 melhorou em relação a 2007 (73/1) mas ficou aquém da meta programada de 69/1. O principal motivo para o não cumprimento desta meta foi o atraso nos processos de substituição dos funcionários que saem do sector por razões várias.
154. O sector continua a enfrentar outros grandes desafios, com destaque para a necessidade de: (a) Acelerar as reformas para melhorar a qualidade de ensino; (b) Assegurar a expansão do ensino pós primário de maneira sustentável e sem afectar os progressos já alcançados no ensino básico; (c) Melhorar a gestão do sistema, particularmente nos níveis descentralizados e, (d) Melhorar a gestão dos programas de construção escolar e estabelecer um sistema de construções escolares sustentável.

### *Saúde*

155. O desempenho do sector da saúde em 2008 foi marcado pelo reforço da capacidade e organização do Serviço Nacional de Saúde, pela assinatura de PROSAUDE II, pela finalização e aprovação do Plano de Desenvolvimento de Recursos Humanos para a Saúde e do Plano de Aceleração para o alcance das Metas de Desenvolvimento do Milénio (metas 4 e 5). Destaca-se que o País conseguiu atingir o nível de eliminação da Lepra e uma diminuição importante do número de casos e de óbitos por Malária mercê de esforços conjugados na melhor qualidade de diagnóstico, pulverização intra-domiciliária e distribuição de redes mosquiteiras.
156. Uma análise mais detalhada dos cinco indicadores do QAD, revela que um atingiu e ultrapassou a meta (Partos institucionais). O indicador de DPTHepB3<sup>a</sup> não atingiu a meta e para o indicador “% de Mulheres Grávidas e crianças menores de 5 anos que receberam pelo menos uma Rede Mosquiteira Tratada com Insecticida de Longa duração (REMTILD)” não foram recolhidos dados no ano 2008. Os restantes dois (TARV adultos e TARV Pediátrico). não lograram atingir a meta planificada mas registaram progresso em relação a 2007
157. A redução na taxa de cobertura com a DPTHepB3<sup>a</sup> é consequência da introdução de novos instrumentos de registo e monitoria das actividades de vacinação. Por outro lado e no que refere ao programa da Malária, o sistema de informação não recolhe informação completa sobre o número real de Redes Mosquiteiras Tratadas com Insecticida de Longa Duração (RMTILD) distribuídas. Por esta razão, durante a revisão semestral foi tomada a decisão de substituir este indicador pelo indicador “Número de habitantes por pessoal técnico” a ser medido em 2010. A meta para TARV pediátrico para 2008 não foi atingida por ser ambiciosa. Assim, em 2008 durante a revisão semestral foram acordadas novas metas mais realísticas a serem medidas em 2010. As metas do TARV de Adultos apesar de não terem sido atingidas, a nível do sector privilegiou-se a garantia da qualidade do tratamento ao invés da expansão.

Importa ainda referir que as mesmas metas (TARV Adultos) apresentam um falha de cálculo, pois incluiu-se nesta meta o valor estimado para crianças e adultos (132.380) ao invés de (121.211, apenas adultos), o que será corrigido na revisão semestral. No entanto o TARV pediátrico quer de adultos, quer de crianças, mostram progressos.

158. No global o desempenho do sector é misto (bom em certas áreas, razoável noutras), permanecendo ainda enormes desafios para o sector. Da análise da matriz do QAD e do Balanço do PES 2008 pode-se destacar que as áreas com um melhor desempenho no sector em 2008 foram: i) O alcance da meta de eliminação da Lepra como problema de saúde pública; ii) a redução de número de casos e óbitos por Malária por causa da mudança para um diagnóstico clínico, o que melhorou a recolha de dados; iii) o aumento na cobertura de Partos Institucionais; iv) a extensão da estratégia AIDI para 90% das unidades sanitárias; v) o aumento em mais de 90% das unidades sanitárias que prestam serviços de PTV; vi) o crescimento do número de mulheres que utilizam métodos de Planeamento Familiar assim como de mulheres grávidas HIV+ que recebem ARV para reduzir o risco de transmissão; vii) o aumento de despiste de casos BK+ e o incremento da taxa de cura para TB; viii) a expansão dos SAAJ e o aumento de utentes; ix) a alocação mais equitativa de recursos; x) a melhoria nos índices de habitantes por profissionais de saúde; xi) a Campanha Nacional de Saneamento do meio e de Promoção da Higiene e a maior capacidade de realizar análises de água; xii) a aprovação do Plano Nacional de Desenvolvimento de RRH; xiii) a aprovação do Plano Nacional Integrado para o Alcance dos ODMs 4 e 5; xiv) a adequação das metas estratégicas do sector até 2012 e a elaboração do Cenário de Despesas e Financiamento de Médio Prazo; xv) a assinatura do PROSAUDE II e xvi) a melhor disponibilidade de fundos do OE a nível provincial.
159. As áreas com um desempenho fraco em 2008 foram i) o escasso envolvimento comunitário; ii) a escassez de materiais e equipamentos, mais especificamente na área do tratamento do lixo biomédico; iii) o aumento da taxa de mortalidade materna intra-hospitalar (que em parte pode estar associado a melhorias no processo de registo e notificação dos óbitos que ocorrem nas unidades sanitárias) e o lento crescimento da cobertura de COEC e iv) o atraso na abertura de postos sentinelas de vigilância epidemiológica nutricional.
160. A execução orçamental do sector da saúde tem vindo a decrescer nos últimos anos, tendo sido 80,8% em 2007 e 64,1% em 2008. Uma das razões é que o sector beneficia de mais fundos verticais que outros sectores. Em 2008, cerca de 56% do orçamento global do sector provinha de fundos verticais cuja execução não está sob controlo do Governo. Adicionalmente, vários deste projectos são plurianuais, o que reduz a taxa de execução anual. Por último, o Fundo Comum de Medicamentos regista tradicionalmente um saldo elevado no final de cada ano, devido aos fundos comprometidos para as cartas de crédito relativos a medicamentos já encomendados.

### *Água e Saneamento*

161. O sector de Água e Saneamento atingiu e superou a meta prevista no QAD 2008. O número de novas fontes de água dispersas (entre furos e poços), construídas foi de 1.377 contra as 1.000 planificadas. A taxa de cobertura de água mostrou um aumento substancial. Na água urbana o nível de cobertura aumentou de 40%, em 2007 para 50%, em 2008 e na água rural, a taxa de cobertura aumentou de 49%, em 2007 para 52%, em 2008. No domínio do saneamento, as taxas de cobertura urbana e rural atingiram valores estimados em 50% e 40%, respectivamente. Água rural e a água urbana foram as áreas de melhor desempenho em 2008. O saneamento urbano e os recursos hídricos mostraram desempenho fraco tendo o mesmo sucedido em relação às áreas transversais.
162. As dívidas com o IVA e as participações constroem fortemente a implementação dos planos futuros e constituem uma forte preocupação para as instituições do sector. O valor da dívida do sector, entre IVA e participações, totalizou 484 milhões de MT no final de 2008 e continua a ser um forte constrangimento para a sua estrutura financeira e para implementação dos planos futuros das

instituições do sector. Ao fim do ano 2007 a dívida era de 356 milhões de MT e foi de 457 milhões MT em 2006. O problema da dívida deve ser tratado entre o sector e o Ministério de Finanças ao nível mais alto, tendo em conta a conjuntura do problema e das suas implicações no sector público. É preocupante, visto que o orçamento interno total do sector é de 537 milhões MT aproximadamente, ou seja, pouco mais do que o valor da dívida. Adicionalmente, no ano 2009 espera-se um aumento adicional da dívida, devido ao começo de projectos novos tais como o MCC, o projecto de furos financiado pelo governo Indiano, o projecto de saneamento urbano do governo Italiano e o projecto de água e saneamento rural do governo Canadiano, entre outros.

163. As principais lições aprendidas no sector influíram no desempenho do sector: (i) os fundos que passaram pela CUT tiveram em geral um nível alto de controle da execução; (ii) seria melhor inscrever os fundos no orçamento na altura da implementação dos projectos, e não no momento da aprovação dos mesmos; (iii) a alta dependência do sector de fundos externos, e o nível alarmante e crescente da dívida, sugerem que o sector merece mais atenção do Governo; (iv) a morosidade na aplicação dos fundos descentralizados devido à falta de domínio dos regulamentos nacionais sobre a distribuição de fundos, pela lentidão nas aprovações pelo Tribunal Administrativo e pela falta de mecanismos e recursos adequados para apoiar os órgãos locais e monitorar a boa aplicação dos fundos descentralizados indica que o processo de descentralização é ainda lento; (v) é necessário reformular os indicadores do desempenho do sector no QAD e PARPA em termos do uso dos serviços, estimado através dos levantamentos feitos a nível dos agregados familiares, e acrescentar um indicador para o saneamento; e (vi) existe uma grande carência de quadros capacitados especialmente ao nível dos DAS (Departamento de Água e Saneamento) provinciais e dos SDPI's a nível dos distritos bem como ao nível do DNA nas áreas de saneamento (DES) e monitoria (SINAS).

#### *Mulher e Acção Social*

164. O indicador “Número de crianças, pessoas idosas, pessoas portadoras de deficiência, mulheres chefes de agregado familiar beneficiando dos programas de Protecção Social” foi atingido. O Ministério da Mulher e Acção Social (MMAS) assistiu 181.304 pessoas correspondendo a um sobre cumprimento em 18,7% em relação à meta do QAD para 2008, fixada em 152.763. Entraram em funcionamento 11 novas Delegações do INAS, passando de 19 para 30 e foi iniciado o pagamento de novos escalões do PSA (100 MT a 300 MT).
165. Para além dos programas de protecção social básica implementados junto às comunidades, destacou-se o atendimento de 222.253 crianças em situação difícil, 63.801 crianças em idade pré-escolar, 715 pessoas idosas e 6.207 pessoas portadoras de deficiência nas instituições e nas comunidades.
166. O constante sobre-cumprimento das metas vem reforçar o facto de que o número de pessoas vivendo em condições de pobreza absoluta e necessitando de apoio é superior ao que é fixado no QAD como meta para os programas do sector. Apesar da prioridade atribuída à questão da protecção social no PARPA II, os fundos alocados para a implementação dos programas do sector nos anos de 2007, 2008 e 2009 não foram suficientes para cobrir as metas de beneficiários acordados no PARPA II. Esta situação ditou a redução dos beneficiários 243.300, 279.800 e 294.400 para 120.437, 152.763 e 204.827 beneficiários, respectivamente.
167. No âmbito de melhoramento do sistema de comunicação e produção de informações fiáveis do sector, o MMAS começou a operacionalizar um fluxograma de recolha e validação de dados e um guião de elaboração de relatórios. A ausência de informação sobre o universo de potenciais beneficiários por grupo alvo do sector continua a ser uma dificuldade para o processo de planificação e medição do impacto das intervenções.
168. Para o ano de 2008, o sector recebeu uma dotação orçamental de 635.951.000MT, sendo 257.710.000MT para o funcionamento dos órgãos do sector com a execução em 98,3% e

378.241.000MT para o investimento com uma execução em 78,4%. A execução baixa do orçamento de investimento, componente externa, deveu-se ao desembolso tardio dos fundos. De referir que uma parte dos fundos alocados por diferentes parceiros na implementação de diferentes projectos não foram reflectidos no Orçamento do Estado para o MMAS.

169. A mobilização de recursos, maior coordenação e articulação entre os actores na provisão de serviços sociais aos grupos alvo e a consolidação de uma base de dados fiável para monitorar o impacto das intervenções continuam a constituir importantes desafios. Outro desafio é conseguir cobrir um número maior de pessoas em situação de vulnerabilidade que, devido à crise alimentar e financeira, tendem a aumentar. Neste sentido, está sendo desenvolvida pelo sector uma proposta, visando garantir que o valor dos subsídios acompanhe a tendência da inflação.
170. Em reconhecimento do papel da parceria no atendimento aos grupos alvo, o MMAS formalizou em 2008 um grupo da acção social cujo contributo se reflecte na melhoria gradual da coordenação entre os vários actores.

### ***Pilar Desenvolvimento Económico***

171. Ao longo de 2008 os sectores que compõem o pilar tiveram um desempenho misto e são louváveis os vários progressos alcançados como sejam, a expansão da rede eléctrica, a expansão da cobertura do sistema financeiro, a aprovação da estratégia para a melhoria do ambiente de negócios e a expansão da teledensidade, elevando, para 20% a fasquia da população com acesso a um telefone bem como o início da implementação do PAPA (Plano de acção para produção de alimentos). 3 dos nove indicadores foram atingidos, nomeadamente os relativos a agricultura relacionados com o número de camponeses assistidos pelos serviços de extensão (no. 32), o número de comunidades delimitadas e registadas no Atlas respectivamente (no. 34), e o indicador relativo a novas ligações a energia eléctrica (no. 35). Três indicadores não foram atingidos ao passo que os outros três registaram progressos tendentes ao cumprimento das respectivas metas. De realçar que estes progressos são alcançados num ano particularmente difícil, caracterizado por constrangimentos estruturais como sejam a crise originada pela subida dos preços de combustíveis e de alimentos.
172. Importa realçar que apesar dos progressos persistem ainda desafios relacionados com (i) maior coordenação dos investimentos infraestruturais por forma a maximizar o seu impacto no desenvolvimento económico, (ii) maior potenciamento do sector agrário com meios materiais e humanos, (iii) os elevados custos nas operações de comércio internacional, (iv) os custos e acesso aos serviços financeiros, particularmente pela economia rural e (v) elevado custos das ligações de telefonia e do acesso a Internet.
173. As questões transversais tais como género, ambiente, HIV/SIDA, desminagem e desastres naturais, deve ser reforçada a sua análise e enquadramento a todos os níveis onde os sectores devem incluir abordagens específicas de modo a contribuir na busca de soluções aos crescentes problemas da feminização da pobreza rural e os impactos das minas terrestres, dos desastres naturais, do aquecimento global e do HIV/SIDA nos sectores de desenvolvimento económico com envolvimento de todos os actores.

### ***Sector Financeiro***

174. O desempenho do sector financeiro ao longo de 2008 foi positivo, não obstante, a maioria da população moçambicana ainda não beneficia de serviços financeiros formais. (i) A implementação das IFRS/IAS no sistema bancário já é uma realidade, sendo que a percentagem de bancos em termos de activos totais

que cumprem situa-se na ordem de 92,8%<sup>4</sup>. (ii) Ao nível da segurança social a meta de implementação das recomendações do estudo actuarial não ocorreu, por carecer de validação dos dados após ter sido objecto de análise aos vários níveis. Foi implementado o subsídio de maternidade e o melhoramento das percentagens de cálculo de algumas prestações designadamente do subsídio de doença e da pensão de velhice. (iii) Ao nível do sector segurador registou-se o reforço da transparência do mercado e consolidação da supervisão baseada no risco usando-se o modelo CARMELS, e foram licenciados mais duas seguradoras e cinco corretores de seguros.

175. O sector bancário ao longo de 2008 foi caracterizado por: (i) uma variação de 38,4% do crédito nominal; (ii) o rácio de solvabilidade do situou-se em 13,9%; (iii) o rácio crédito vencido/crédito total situou-se em 1,94%; (iv) uma redução do *spread* das taxas de juro para 10,21%; (v) o número de agências bancárias atingiu a cifra de 343; (vi) a rede bancária, até finais de 2008 cobria 44 distritos dos 128 existentes no país; (vii) até ao final do ano em análise foram instalados no país 4103 POS e 514 ATM, dos quais 115 ATM nas zonas rurais, o que reflecte o esforço do sistema bancário em expandir os serviços financeiros para um número cada vez maior da população.
176. O sector de microfinanças caracterizou-se por: (i) um aumento de clientes na ordem de 25,7%; (ii) variação da carteira de crédito em 15,7%; (iii) a carteira em risco situou-se em 4,36%; (iv) autorização de uma balcão móvel adstrito a Quelimane para providenciar serviços financeiros a Licuare, Nicoadala, Namacura e Macuze, elevando para 9 pontos que são servidos por esta inovação introduzida em 2007 em Chimoio ao serviço de Inchope, Manica, Nhamatanda, Catandica e Sussundenga.
177. No concernente a Segurança Social, até 2008, o total de inscritos era 25.589 contribuintes e 730.937 beneficiários, dos quais estão no activo 12.765 contribuintes e beneficiários 224.817. No âmbito pessoal, procedeu-se ao alargamento para os trabalhadores por conta própria e em relação ao âmbito material, teve como prestações novas a implementação do subsídio de maternidade e o melhoramento das percentagens de cálculo de algumas prestações designadamente o subsídio por doença e pensão de velhice.

#### *Sector Privado e Ambiente de Negócios*

178. O ano de 2008 foi caracterizado pela criação de um quadro regulatório conducente à remoção das barreiras ao desenvolvimento do sector privado e a atracção de investimentos, sendo de destacar a aprovação da Estratégia para a Melhoria do Ambiente de Negócios. No entanto, no período em referência, o país piorou o seu posicionamento no Doing Business Ranking, em dois lugares, situando-se na 141<sup>a</sup> posição, num universo de 181 países, o que reforça a necessidade acelerar o passo das reformas.
179. Relativamente ao Quadro de Avaliação de Desempenho (QAD), foram estabelecidos dois indicadores: (i) tempo necessário para efectuar uma importação e exportação (indicador 30), (ii) custo de contratação e despedimento de trabalhadores (indicador 31). A meta do indicador 30 não foi atingida, tendo o número de dias para efectuar uma importação e exportação se situado, respectivamente, em 32 e 26 dias, contra os 20 dias previstos. A meta do indicador 31 não foi atingida, situando-se na 161<sup>a</sup> posição no Doing Business Ranking contra 60<sup>a</sup> posição prevista, devido as limitações temporárias impostas pelas normas transitórias, previstas na nova Lei de Trabalho (Lei 23/2007 de 1 de Agosto).

---

<sup>4</sup> 92,85% representa 98% dos activos dos bancos comerciais, isto é, apenas um banco sem grande expressão no mercado não cumpre com as IFRS/IAS, cujos activos são na ordem de 2% dos activos totais do sistema bancário.

## *Agricultura*

180. O desempenho do MINAG no ano de 2008 foi melhor em relação a 2007. Dos três indicadores, dois atingiram a meta, (número total de camponeses assistidos, 137%, e número de comunidades locais delimitadas e registadas no atlas cadastral, 101%), e um (o número de hectares de novos regadios construídos e ou reabilitados com fundos públicos) não atingiu a meta estabelecida, tendo sido realizado em 52%, devido a limitação dos fundos. Apesar da meta do indicador relativo ao número de comunidades locais delimitadas e registadas ser cumulativa, na realidade apresenta um decréscimo no desempenho de 2007 para 2008 essencialmente devido a mudança de interpretação na lei vigente.
181. Em 2007 o Governo aprovou a Estratégia da Revolução Verde, operacionalizada em 2008 com o Plano de Acção para a Produção de Alimentos (PAPA), como medida para impulsionar o aumento da produção e da produtividade agrária, sobretudo dos produtos alimentares básicos. Entre as acções de maior relevo no processo de implementação do PAPA figuram o fortalecimento da extensão agrária, aumentando o número, a capacidade e meios de trabalho dos extensionistas, bem como a provisão de sementes e outros factores de produção de impacto na produção em áreas de alto potencial agro ecológico
182. O relatório preliminar da execução orçamental do MINAG no exercício económico de 2008, aponta para uma realização de 79%, sendo 84% no Funcionamento, 90% no Investimento Interno e 75% no Investimento Externo. Esta execução representa uma subida de 16 pontos percentuais em relação a 2007.
183. No contexto da finalização do Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA), o MINAG deve assegurar que os aspectos seguintes sejam tomados em conta: recursos financeiros e humanos para a irrigação, expansão e melhorias na qualidade dos serviços de extensão e investigação para acelerar a integração da agricultura de conservação nos esforços de intensificação da produção a coordenação ao nível distrital com outros processos e intervenientes.

## *Estradas*

184. O ano de 2008 foi caracterizado por uma melhoria nas actividades que são levadas a cabo nas províncias, com maior incidência na manutenção de rotina e nos melhoramentos localizados, que resultaram na melhoria da transitabilidade. Em relação aos grandes projectos de reabilitação e manutenção periódica, com financiamento externo, registaram-se atrasos no seu início, tanto por problemas de procedimentos de “*procurement*”, como devido aos substanciais aumentos dos preços das obras. Perante esta situação, as soluções possíveis são sempre demoradas, uma vez que exigem a interrupção do “*procurement*” e um longo ciclo de negociações com vista a obtenção de aprovações para a reactivação do processo.
185. Para 2008, foi estabelecida a meta de 70% da rede classificada, mantida em condições boas ou razoáveis. Esta meta, apesar de não ter sido atingida, regista progresso, tendo atingido 67%. No Anexo I são apresentados os indicadores do Quadro de Avaliação de Desempenho do Sector.
186. A construção e reabilitação de pontes também teve um bom desempenho, tendo sido concluídas três grandes pontes e um progresso significativo nas pontes do Zambeze e Rovuma.
187. No seu quarto ano de implementação, o programa de manutenção de estradas urbanas continua a fortalecer-se, tendo alguns municípios estado envolvidos em obras de vulto. Ainda no âmbito da descentralização, foi iniciado o financiamento aos programas de gestão e manutenção de estradas não classificadas nos Distritos.

188. Outra componente que vai ter melhorias é o da segurança rodoviária, para o qual foi recentemente criado um departamento para lidar com esta questão.
189. Em 2008, o Sector de Estradas gastou \$212 milhões de um total planificado de \$340 milhões, correspondendo a um desempenho de 62%. O melhor desempenho foi obtido na área da manutenção das estradas não asfaltadas, levada a cabo a nível provincial, onde 112% do plano financeiro foi implementado. Como se referiu anteriormente, o atraso no início de grandes obras de reabilitação, foi o principal responsável pela meta de 62%.
190. A adopção em 2006, de uma abordagem integrada no Sector de Estradas ainda não resultou em mudanças significativas nos programas com os Parceiros de Desenvolvimento (PDs). A meta de 17% de financiamento sob a forma de Apoio Orcamental Sectorial (SBS) não foi atingida, tendo-se conseguido somente 4.5%. Na tentativa de corresponder às expectativas dos PD's, o Sector acrescentou às auditorias financeiras, as de "procurement" e técnica.

### *Energia*

191. No ano de 2008 foram registados no sector da energia resultados positivos em relação as metas e aos indicadores presentes no Quadro de Avaliação de Desempenho. O número de novas ligações efectuadas superou em grande medida a meta planificada. A expansão da rede nacional de energia eléctrica registou progressos permitindo por um lado cobrir novos locais e por outro lado disponibilizar maiores volumes de energia às redes eléctricas existentes (reabilitadas e reforçadas), passando estas a beneficiar de energia de melhor qualidade.
192. As áreas deste do sector compreendem Energia Eléctrica, Energias Novas e Renováveis e Combustíveis contudo deve referir-se que a expansão da rede eléctrica particularizando as zonas rurais foi um dos pontos de melhor desempenho. Até ao final de 2008 foram ligados a rede nacional de transporte de energia um total de 80 Sedes Distritais sendo que em 2008 foram ligados 18 novos locais.
193. Apesar de ser registar melhorias no que diz respeito a planificação sectorial e a capacidade institucional do Ministério da Energia, é imperioso que se prossiga com acções com vista a melhorar capacidade institucional e de planificação não só a nível do Ministério assim como do sector.

### *Pescas*

194. A aprovação da Estratégia para o Desenvolvimento da Aquacultura em Agosto 2007 serviu de base para impulsionar o desenvolvimento da aquacultura, com maior enfoque na piscicultura, como actividade pesqueira alternativa, que afectará a melhoria do abastecimento interno em pescado, melhoria das condições de vida das comunidades e aumento das receitas gerada pelo sector. Como resultado, em 2008, criou-se o INAQUA - Instituto Nacional de Desenvolvimento da Aquacultura.
195. O Plano Estratégico do Sub-sector da Pesca Artesanal 2008-11 – PESPA, foi um instrumento importante para uma intervenção concertada em prol da melhoria das condições de vida das comunidades que dependem da actividade pesqueira, tendo definido uma intervenção concertada para as áreas que prioritárias. Continuaram intervenções com vista a melhorar as condições de vida das comunidades pesqueiras destacando-se a introdução de tecnologias de pesca melhoradas, construção de infra-estruturas sociais e comunitárias (mercados para venda de pescado, escolas, unidades sanitárias, fontes de água, manutenção das vias de acesso aos centros de pesca) e provisão de serviços financeiros.
196. Foi notório o fortalecimento da cooperação regional em matérias de combate a pesca ilegal, tendo sido aprovados instrumentos nacionais de ordenamento e gestão das pescarias com destaque para a Política

de Monitorização, Controlo e Fiscalização da Pesca, a respectiva Estratégia de Implementação, o Plano Nacional de Acção ao Combate à Pesca Ilegal, para além da Estratégia de Investigação Pesqueira.

197. Houve progresso na implementação de reformas centrais e desenvolvimento institucional. Abriram-se delegações de inspecção de pescado em Tete e Zambézia, concluiu-se a construção dos laboratórios de inspecção de pescado em Angoche e Nacala e melhorou-se a fiscalização da costa por via de aluguer de um navio-patrolha. Na área do ambiente, realizaram-se cruzeiros de investigação com vista a adopção de abordagem ecológica das pescas e avaliação de impactos futuros de novas actividades económicas no mar.

#### *Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's)*

198. O sector de Telecomunicações em Moçambique tem nos últimos anos registado um crescimento acelerado, nomeadamente através da expansão do serviço móvel, com a penetração telefónica a evoluir nos últimos dez anos de 0.5 para 20% em 2008. O serviço de internet, especialmente fora de Maputo, é ainda limitado e de preços elevados. A TDM tem seguido uma política acelerada de investimento e expansão do “backbone” nacional, mas o nível de preços praticado é ainda elevado, impondo custos de operação significativos para os usuários incluindo os próprios serviços do Governo, tais como o SISTAFE e GovNet, o que limita a viabilidade de acesso à Internet para a maioria dos moçambicanos. Durante o próximo ano, o governo pretende (i) licenciar novos operadores, promover o desenvolvimento de infraestruturas e de pontos de acesso ao nível comunitário e, (ii) garantir uma regulação efectiva com vista a evoluir para uma redução nos preços do backbone e do acesso em geral, (iii) estimular a procura dos serviços em particular através do desenvolvimento de aplicações de governo Electrónico.

#### *Assuntos Transversais*

##### *HIV/SIDA*

199. Prevenção mereceu destaque em 2008, com a formulação de uma nova Estratégia de Aceleração da Prevenção da Infecção pelo HIV, aprovada pelo Conselho de Ministros em Novembro de 2008. A Estratégia é multisectorial e os seus objectivos transcendem a programação vertical, possuindo onze principais áreas focais.
200. A Lei sobre “a Defesa dos Direitos Humanos e o Combate contra a Estigmatização e Discriminação de Pessoa Vivendo com HIV e SIDA” foi aprovada no Parlamento no dia 11 de Dezembro de 2008, constituindo um grande passo em direcção ao fortalecimento do contexto político para a prevenção do HIV no país.
201. Destacaram-se também as pesquisas com base nos dados dos relatórios de vigilância sentinela para o período de 2007, servindo de modelo às estimativas de impacto demográfico. A base de dados sobre a Avaliação Nacional de Gastos com HIV (NASA/ MEGAS) para o período 2004 – 2006 foi concluído, assim como o relatório UNGASS que cobriu os anos 2006 – 2007.
202. Como preocupações é de anotar o lento progresso ao acesso universal que continua um grande desafio. Outro desafio continua a ser os sistemas de gestão de dados e o limitado acesso a dados sobre a epidemia.
203. No que diz respeito ao financiamento da resposta nacional, viu-se em 2008 fracassar o esforço de contratação de uma firma privada para se encarregar do sistema de gestão de sub-projectos do Fundo Comum do CNCS. Como resultado deste impasse, os doadores re-consideraram os seus compromissos

para 2009 já que não foi possível ter um sistema de gestão de sub-projectos comensurável com a epidemia em Moçambique.

204. Em termos financeiros, a execução financeira do Conselho Nacional de Combate ao SIDA em 2008 atingiu uma realização de 494 milhões de meticais, o que representa um nível de realização de 78.3% e um aumento de 18.4% em comparação com igual período de 2007. A percentagem de realização do Fundo Comum atingiu em 2008 o nível de 76% (semelhante ao nível geral de 78.3%). A execução dos recursos internos para o CNCS foi, em 2008 até 11% das despesas totais, comparativamente a 14% dos fundos totais desembolsados em 2006 e 2007.

### *Género*

205. O indicador do QAD/PAF2008 “*PES/OE e BdPES reflectindo as acções, orçamentos e progressos no âmbito do género em relação aos sete sectores prioritários*”<sup>5</sup> não foi alcançado. Contudo, registaram-se progressos no MISAU, MINT, MMAS, MINAG, MEC através da elaboração de estratégias de género e planificação e orçamentação na óptica de género. Recomenda-se vivamente, a desagregação dos dados por sexo, a sua apresentação e análise sistemática no PES, BdPES a adopção da orçamentação na óptica de género para assegurar a integração de género no PESOE bem como a formulação da estratégia de protecção da rapariga contra o abuso sexual nas escolas.
206. Em 2008 as áreas de melhor desempenho foram: i)Elaboração e Aprovação do Plano Nacional para Prevenção e Combate a Violência contra a Mulher, aprovada pelo Conselho de Ministros em Dezembro de 2008; a realização da Primeira Conferência Nacional sobre Mulher e Género e o início do financiamento de iniciativas locais visando o empoderamento económico da mulher pelo MMAS; ii) o fortalecimento e Expansão dos Gabinetes de Atendimento as Vítimas de Violência com a criação e inauguração de Gabinetes-Modelo e a capacitação de 62 funcionários (42 mulheres e 20 homens) do MINT em matéria de género pelo MINT; iii) Elaboração da Estratégia de Construção e Funcionamento da Casa de Espera para a Mulher Grávida e da Estratégia de Parteadas Tradicionais, e a alocação de fundos do OGE pelo MISAU para a área da violência para além da saúde materna entre outras; iv) a taxa de conclusão das raparigas no EP2 foi de 39,4% em 2007, taxa que ultrapassa a planificada para 2008 (34%); v) a inclusão do requisito de integração género nas orientações para a elaboração do PES e OE de 2009 pelo Ministério do Planificação e Desenvolvimento pelo MPD e vi) a obrigatoriedade de inclusão nos contractos de uma cláusula que exige que as empresas de construção civil empreguem pelo menos 25% de mão de obra feminina.
207. Dentre as áreas em que se registaram fraco desempenho 2008 destacam-se: i) a persistência da não-apresentação de dados desagregados por sexo mesmo nos sectores onde estes dados existem, como por exemplo no sector da Educação; o não cumprimento da meta de escolarização (74%) aos 6 anos da rapariga que ficou em 73%; existem dificuldades a aplicação efectiva das orientações do MPD no que diz respeito a integração das questões do género no PES/OE e BdPES; o limitado número de pontos focais, fraqueza dos existentes, fraca participação destes na elaboração do PES e OE (MINT); a fraca integração das questões de género na resposta ao HIV, tendo em conta a feminização do HIV e a não realização de progresso em relação a elaboração da estratégia de protecção da rapariga contra o abuso na educação. Estes assuntos devem ser sujeitos de atenção especial não só em 2009 mas também no âmbito da avaliação do PARPA e subsequente processo.

### *Meio Ambiente*

208. Moçambique tem sido um país com grande desempenho em África. No entanto, o rápido crescimento económico e populacional traz grandes desafios ambientais em termos de gestão dos recursos naturais,

---

<sup>5</sup> Nomeadamente: MMAS, MISAU, MEC, MINAG, MINT, MOPH e MPD

do impacto dos mega projectos e da exposição as consequências das mudanças climáticas para se lançar num caminho de desenvolvimento sustentável, sendo por isso que o meio ambiente deve estar no futuro mais proeminente destacado nas estratégias nacionais e nos planos sectoriais a todos os níveis.

209. Na avaliação do desempenho do PARPA II, o único indicador do ambiente está atingido para 2008 e para 2009 por antecipação. Novos indicadores estratégicos serão definidos em breve para responder aos desafios ambientais dos próximos anos.
210. Em 2008 as áreas de melhor desempenho foram as seguintes: i) a área da legislação com aprovação do regulamentos da Lei de Ordenamento territorial, da gestão de substâncias que destroem a camada de ozono, e para o controle de espécies exóticas e invasivas e o decreto que altera o regulamento da Avaliação de Impacto Ambiental; ii) ao nível local, os progressos na integração da componente espacial nos planos distritais; iii) a elaboração e aprovação pelo CONDES dos TdR sobre Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da zona costeira; iv) a elaboração do programa de Educação, Comunicação e Divulgação Ambiental (PECODA); e v) o reforço do diálogo entre MICOA e parceiros de área do Ambiente.
211. As áreas com menor desempenho foram: i) a coordenação intersectorial; ii) as dificuldades na implementação da legislação ambiental em vigor dada a capacidade institucional limitada.
212. Considerando as lições aprendidas e desafios futuros as acções do ambiente para 2009 deveriam focalizar sobre: i) sensibilização da população sobre as questões ambientais através do PECODA; ii) a promoção de instrumentos como AAE e a planificação integrada a nível distrital através dos planos de uso de terra; iii) a preparação de trabalhos analíticos e notas de orientação política para colocar a área de ambiente no topo da agenda do Governo para o desenvolvimento do País; iv) continuar com os esforços de capacitação institucional a nível do MICOA, outros Ministérios e instituições; v) o fortalecimento da coordenação intersectorial e do acesso a informação regular sobre ambiente vi) a definição dum quadro estratégico e plano de acção harmonizado com base num conjunto de indicadores estratégicos e com uma visão mais orientada para os resultados; vii) fortalecimento do diálogo com sociedade civil, sector privado e parceiros de cooperação tendo como base o grupo de ambiente.

#### *Desminagem,*

213. Em 2008, foram aprovados dois instrumentos principais de programação da actividade de desminagem em Moçambique, nomeadamente o Plano Nacional de Acção contra Minas 2008-2012 e a extensão do prazo para a conclusão da desminagem no país de 2009 para 2014, no âmbito da Convenção de Ottawa. Esta extensão é resultado da conclusão em 2008 da pesquisa de base iniciada em 2007 que revelou a existência de 541 áreas correspondentes a 12.2 milhões de metros quadrados em 6 províncias da Região Centro e Sul do país.
214. Durante o ano em referência foram desminadas 235 áreas, correspondentes a 2.24 milhões de m<sup>2</sup>, superando em 42% e 16% a extensão e número de áreas planificadas em 2008, que previa a desminagem de 203 áreas correspondente a 1.6 milhões de m<sup>2</sup>. Como resultado, a extensão territorial remanescente por desminar até 2014 reduziu para 10,6 milhões de m<sup>2</sup>, o correspondente a 386 áreas, nas províncias de Tete, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza e Maputo. Para o financiamento da desminagem, foram disponibilizados USD5.9 milhões, dos quais USD1.6 milhões pelo Governo, o que mostra um aumento da contribuição e cometimento do Governo nesta área.
215. Para a conclusão da desminagem até 2014, o grande desafio consiste na mobilização sustentável de recursos financeiros até então estimados em USD32.6 milhões, requerendo deste modo uma garantia de prognóstico de recepção desses recursos, por forma a fazer uma planificação efectiva da actividade, permitindo a desminagem de todos os objectos económicos e sociais afectados por minas, nomeadamente as torres de alta tensão Maputo-Komatiport, a Linha de Alta Tensão Beira I e II, a

Cintura de Cahora Bassa, estradas e pontes e as áreas de elevado potencial agro-pecuário. Atenção deve também ser dada a desminagem das fronteiras terrestres com os países vizinhos tais como, África do Sul, Zimbabwe, Malawi e Zâmbia com vista a garantir maior segurança na livre circulação de pessoas e bens e para impulsionar o desenvolvimento regional.

### *Ciência e Tecnologia*

216. As acções desenvolvidas estão enquadradas em quatro pilares: Investigação Científica; Transferência de Tecnologia e Inovação; Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e Divulgação e Promoção da Ciência.
217. No pilar de Investigação científica, destacam-se os seguintes resultados: (i) Realização de Expedições Científicas em 30 distritos das províncias de Inhambane, Niassa, Sofala e Maputo; (ii) Financiamento de 34 Projectos de Investigação, Transferência de Tecnologia e Inovação (iii) Elaboração do Regulamento Nacional de Pesquisa em Etonobotânica; (iv) Concessão de Bolsas de Estágios no Brasil para 100 Estudantes Moçambicanos Finalistas e Bolsas de Estudos para 48 Estudantes Moçambicanos para frequentarem os níveis de Mestrado e Doutoramento no Brasil.
218. Quanto a Transferência de Tecnologia e Inovação, destacam-se os seguintes resultados: (i) oprecaionalçização das Vilas de Milénio de Chibuto (Gaza) e Lumbo (Nampula) e desenvolvimento das Vilas de Milénio de Alto Molócué (Zambézia); Monapo (Nampula) e Chokwé (Gaza); (ii) Realização de 4 cursos sobre técnicas de fertilização de solos agrícolas e processamento de carne e leite para associações/comunidades de agricultores da Província de Gaza, Manica e Niassa; (iii) estabelecimento de 7 academias de CISCO nas Províncias de Cabo Delegado, Nampula e Zambézia, Sofala, Tete, Inhambane e Gaza e uma Academia de CISCO no Centro de Desenvolvimento Tecnológico (CDT) de Maputo; (iv) Criação de um repositório electrónico (<http://www.mct.gov.mz/portal/page>) com vista a disseminação das técnicas de construção com base em material local.
219. No que concerne ao Pilar de Tecnologias de Informação e Comunicação, destacam-se os seguintes resultados: (I) Desenvolvimento do Museu Virtual de cajú; (ii) Realização de Olimpíada Nacional “Equamat” e olímpiada de Informática em 6 províncias com a participação de 140 estudantes; (ii) Estabelecimento de Centro Multimédia Comunitário (CMC) no distrito de Mutarara (Tete) e Desenvolvimento dos CMCs de Chicualacuala (Gaza), Mabote (Inhambane) e Muidumbe (Cabo Delegado).
220. Finalmente, no pilar de Divulgação e Promoção da Ciência destaca-se (i) Realização da VI Mostra de C&T; (ii) Realização de 1<sup>as</sup> Jornadas Científicas e Tecnológicas de Moçambique com o lema “Promovendo a Investigação Científica, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico rumo ao desenvolvimento Sócio-Económico do País”; (iiI) Realização da 29<sup>a</sup> Assembleia Geral do Conselho Internacional de Ciência (ICSU) com a participação de 1200 cientistas oriundos de todo o mundo.

### *Segurança Alimentar e Nutricional*

221. A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em Moçambique reflecte-se na vulnerabilidade crónica, ligada a aspectos estruturais - pobreza, educação, prevalência da malária, HIV e Sida e tuberculose, baixa disponibilidade de alimentos ao nível dos agregados familiares, baixo poder de compra, baixo acesso à água potável e saneamento e deficiente funcionamento do mercado). Igualmente, a insegurança alimentar reflectiu-se na vulnerabilidade aguda ligada a ocorrência dos desastres naturais (ex. cheias, secas, e ciclones, pragas e doenças das culturas) e a subida galopante dos preços dos alimentos e dos combustíveis.

222. Não obstante as adversidades ocorridas, os níveis da população em situação de extrema insegurança alimentar e nutricional (InSAN) no país reduziu de 520,000 (Outubro de 2007) para 450,000 (Outubro de 2008) pessoas, devido essencialmente as intervenções realizadas pelo Governo e os seus parceiros nas áreas de disponibilização de insumos de produção.
223. No âmbito da implementação da ESAN II, continua um desafio a coordenação da resposta nacional e multisectorial para a melhoria dos actuais níveis de insegurança alimentar (35%) crónica em todo o país. Para assegurar a devida coordenação multisectorial da agenda de SAN é importante: a) a finalização e a aprovação dos Estatutos Orgânicos do SETSAN, b) a inclusão da SAN nos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Distrital e no PES, c) o reforço da capacidade de recolha e análise da informação da SAN para apoiar a tomada de decisão atempada e d) continuar a disseminar a a ESAN II. No âmbito da melhoria dos meios de vida das populações é uma prioridade a diversificação de intervenções nomeadamente: as transferências sociais (ex. dinheiro, material escolar, insumos de produção) no pós-emergência, a melhoria da cobertura da assistência alimentar, água e insumos agrícolas e c). O reforço da educação alimentar dos AFs de dieta pobre, AFs de subsistência alimentar muito deficitária e baixa renda identificados pelo Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional em 2006.

### *Desenvolvimento Rural*

224. Na matriz do PARPA II, para a área de Desenvolvimento Rural são prioridades dois (2) indicadores, nomeadamente: i) O Aumento da competitividade e da acumulação da Economia Rural, a ser materializado através instituições de ADEL's, a inserção de Programas de Mercados Agrários, promoção e legalização de associações e a criação de Rádios e televisão comunitários (RTV) e; ii) Criação de um ambiente favorável para o exercício da actividade Financeira Rural, cuja meta seria atingida através da promoção de instituições Financeiras e Micro Financeiras Rurais e do aumento de clientes com acesso àqueles serviços.
225. Faltando 2 trimestres para o fim do calendário do PARPA II registaram-se resultados positivos sendo de destacar: i) Estabelecimento de 10 Agências de Desenvolvimento Económica Local; ii) implementados Programas de Apoio a Mercados Agrícolas nomeadamente, o Programa de Apoio aos Mercados Rurais (PAMA) em Cabo Delgado, Niassa e Maputo, o Projecto de Apoio aos Pequenos Produtores Orientados para o Mercado no vale do Zambeze, nas Províncias de Sofala, Tete e Zambézia, Projecto de Ápio ao Desenvolvimento Rural de província de Zambézia (PRODEZA) na província de Zambézia, Programa Nacional de Extensão Agrícola (PRONEA), que envolve todo o País e ainda a ser implementado este ano o Programa de Promoção de Mercados Rurais (PROMER), nas Províncias de Cabo-Delgado, Niassa, Nampula e Zambézia. Existem no País 4.929 associações e 95 instituições Microfinanceiras. Na comunicação, foram instaladas 10 Rádios e uma Televisão Comunitária.
226. O sector perspectiva uma continuidade na expansão dos serviços financeiros para as zonas rurais onde paralelamente continuará a trabalhar na legalização das associações e promover formações para adoptar os utentes de conhecimento e praticas para a sua sustentabilidade.

### *Calamidades Naturais*

227. Durante o ano 2008, o país respondeu com eficácia a diversas calamidades, designadamente, à acção combinada de cheias, ciclone Jokwe, ventos fortes, no âmbito do Plano de Contingência e no apoio aos moçambicanos vítimas da violência xenófoba na África do Sul e das queimadas descontroladas. Por outro lado, continuou prestar assistência às pessoas afectadas pela seca consequente da queda irregular de chuvas na época 2007/08, tendo obrigado o Governo a reforçar as medidas de monitoria e prevenção de surtos epidémicos associados a escassez de água.

228. Para além da resposta às situações de emergência, o Governo prosseguiu com as actividades de redução da vulnerabilidade a calamidades e desenvolveu, dentre muitas as seguintes acções: (i) assistência humanitária, (ii) construção de casas e infraestruras no âmbito do reassentamento que iniciou em 2007, (iii) conclusão do processo de reconstrução pós explosões do Paiol de Malhazine, (iv) continuação da implementação do plano Director nas áreas de Prevenção e aviso prévio e nas acções de desenvolvimento das zonas áridas para a redução da vulnerabilidade a seca nas Províncias de Gaza e Inhambane.
229. Para aumentar a eficácia na implementação do Plano Director, há necessidade de: i) criação de um Fundo Nacional de Gestão do Risco de Calamidades, a ser orçamento no Cenário Fiscal de Médio Prazo e alimentado pelo Governo, parceiros de cooperação e outras fontes, estando em curso o respectivo estudo ii) a integração dos indicadores definidos no Plano Director de Prevenção e Mitigação nos Planos Económicos e Sociais e Orçamentos sectoriais, iii) necessidade de realização de estudos sectoriais específicos sobre o impacto das mudanças climáticas.

## V DESEMPENHO DOS PAPs EM 2008

230. A revisão do desempenho dos PAPs em 2008 foi efectuada por uma equipa de consultores independentes. A base para a avaliação foi a matriz QAD dos PAPs para 2008 conforme acordado com o GdM e os PAPs durante a Revisão Semestral de 2007. A matriz do QAD reflecte os princípios da Declaração de Paris, mas adaptada à realidade moçambicana. A próxima avaliação de desempenho dos PAPs irá ocorrer durante a RC de 2010.
231. No geral, o desempenho do grupo foi misto, com melhorias em algumas áreas mas com um desempenho fraco em outras. Apesar de melhorias de alguns PAPs, o desempenho em geral foi alto quando comparado com o ano de 2007. Houve progressos em quase todas as áreas, mas muitas vezes não suficientes para atingir as metas. Comparado com 2007, houve uma subida na pontuação do grupo como um todo.
232. Como no ano anterior, houve uma grande variação de desempenho entre os PAPs, com alguns a atingir todas ou quase todas as metas, e outros com pontuações mais baixas. Em média, cada meta foi atingida por apenas três quartos dos PAPs, o que é uma melhoria significativa em relação aos resultados de 2007 onde, em média, só dois terços dos PAPs cumpriram cada indicador. Há alguma relação entre o tamanho do doador (medido pelo montante da sua AID desembolsada para o GdM) e o nível de desempenho, na medida em que 5 dos 7 PAPs grandes e 4 dos 6 pequenos ou são “muito bons” ou “médio altos”. Os outros estão distribuídos mais ou menos equilibradamente pelos vários graus de desempenho.
233. Os PAPs multilaterais parecem estar a começar a ajustar-se ao sistema, com a CE, o Banco Mundial e o BAD a subir um nível em relação ao ano anterior. Assim, enquanto em 2007, 2 de cada 3 multilaterais tinham um desempenho “fraco”, em 2008 nenhum o tem.
234. As áreas de progresso na avaliação geral baseada no QAD incluem a composição de carteira, utilização dos sistemas de gestão de finanças públicas do governo e a previsibilidade a curto prazo do apoio geral ao orçamento. O desempenho, no que diz respeito aos indicadores do núcleo central da administração das finanças públicas (Composição das carteiras, AID no orçamento, uso de sistemas nacionais (procedimentos de execução do orçamento, auditorias, relatórios financeiros e *procurement*) melhorou significativamente, mas estas continuam a ser as áreas em que os PAPs enfrentam maiores deficiências e são as áreas de maior preocupação para o GdM. Por outro lado, continuam a não serem atingidas as metas de composição de carteira, apesar do referido progresso. Outras áreas de dificuldade incluem o uso de sistemas de auditoria nacionais, o número de missões conjuntas e Cooperação Técnica coordenada. Nestes indicadores, os PAPs não conseguiram realizar as metas do grupo.
235. No que concerne a composição de carteira, houve um aumento da proporção de AGO e de apoio programático no total de ajuda externa dos PAPs, comparado com o ano anterior, embora que estes aumentos não foram suficientes para atingir as metas. O AGO aumentou de 36% para 38%, contra uma meta de 40%, e o apoio programático aumentou de 61% para 66%, contra a meta de 75%.
236. Em relação a área de previsibilidade o desempenho foi misto; foi reduzido o número de PAPs com acordos de menos de três anos, mas não foi possível atingir a meta. Todos os PAPs fizeram compromissos no prazo estabelecido, mas duas agências não conseguiram desembolsar no trimestre para o qual esses desembolsos estavam calendarizados. Em 2008, foi introduzido no QAD dos PAPs uma calendarização mensal dos desembolsos. Dos 19 PAPs, 13 desembolsaram de acordo com a calendarização mensal e 4 com a calendarização trimestral.

237. Registaram-se progressos significativos na utilização dos sistemas do Governo. Uma maior parte da ajuda externa desembolsada pelos PAPs foi registada no OE, comparado com 2007. As metas de utilização dos i) procedimentos de execução, ii) prestação de contas financeiras, iii) *procurement* nacionais, foram todas atingidas. No entanto, não foi atingida a meta para utilização dos procedimentos de auditoria nacionais.
238. O grupo não atingiu nenhuma das três metas na área de consolidação e harmonização da condicionalidade. Embora houve algum progresso na eliminação de excepções ao anexo 10 em 2008, 14 PAPs não tinham excepções ao anexo 10 no Mde (indicador 10), contra 12 em 2006 e 2007, o que não é suficiente.
239. Registaram-se em 2008 165 missões contra uma meta de 120 o que reflecte uma melhoria ligeira contra o ano anterior, em que houve 191 missões contra uma meta de 140, mas continua a ter um impacto negativo sobre os custos de transacção para o Governo. A meta sobre missões conjuntas também está longe de ser atingida, tendo sido realizado 24% contra a meta de 35%.
240. No Reforço Institucional, atingiu-se duas das três metas, as de número de PIUs paralelo e % de cooperação técnica sectorial. No entanto, a meta sobre cooperação técnica oferecida através de programas coordenados não foi atingida.
241. No que concerne o desempenho individual dos parceiros, os mais fortes (com 34 - 38 pontos) foram DFID, Suíça, Holanda, Bélgica, Espanha, Irlanda e Finlândia. Os PAPs com desempenho médio alto (de 30-33 pontos) foram Suécia, Noruega, Dinamarca, Canada e Austria. Os PAPs com desempenho médio (25 – 29 pontos) foram a Comissão Europeia e a Itália e os apresentaram um desempenho médio baixo (20 – 24 pontos) foram a Alemanha, Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento e a França. O PAP que teve um desempenho fraco (menos de 20 pontos) foi Portugal.
242. Comparando com 2007, os seguintes países ou agências melhoraram a sua posição subindo de um nível mais baixo de desempenho para um nível mais alto: Alemanha, Banco Mundial e BAD, de “fraco” para “médio baixo”; a Comissão Europeia de “médio baixo” para “médio”; o Canada de “médio baixo” para “médio alto”; a Dinamarca e a Suécia de “médio” para “médio alto”; a Finlândia, a Espanha e a Irlanda de “médio alto” para “muito bom”. A posição da Noruega caiu de “muito bom” para “médio alto”. A posição de Portugal, da França, da Itália, da Bélgica, da Suíça, da Holanda e do DFID não mudou. Para a Áustria (médio alto) esta é a primeira avaliação.
243. Importa referir que se deve ter atenção na interpretação dos resultados da análise do QAD, seja do grupo em geral ou de PAPs individuais. O desempenho de alguns doadores individuais, especialmente os multilaterais, é afectado negativamente devido ao seu foco em grandes projectos de infra-estruturas, apesar de por vezes o uso desta modalidade ser indicado pelo Governo. Conforme foi referido em termos da avaliação do grupo no seu todo, a metodologia não permite um registo de melhorias se estas não foram suficientes para atingir a meta.
244. Convém referir também que há aspectos que não estão reflectidos no QAD, mas que no entanto merecem ser mencionados. Neste âmbito, algumas áreas de melhoria ou bom desempenho em 2008 foram identificadas, incluindo a manutenção do alinhamento do QAD (do Governo) com a matriz estratégica do PARPA II, a introdução de compromissos indicativos para projectos, alinhado com os prazos para AGO, o trabalho sobre divisão de trabalho entre os PAPs, e o funcionamento de ODAMOZ. O início da introdução e adopção dos princípios do Código de Conduta e divisão de trabalho da UE é visto como um passo importante no sentido da implementação dos princípios da Efectividade na Ajuda. O reforço do secretariado dos PAPs e a sua próxima coordenação com o pessoal do GdM envolvido na coordenação da ajuda ajudou a melhorar a qualidade e articulação do trabalho conjunto

245. Por outro lado embora se possa afirmar que a ajuda programática esteja a funcionar em pleno, há áreas que carecem de maior atenção, nomeadamente: consolidação do sistema de compromissos indicativos; formalização de todos os projectos com o GdM através de documentos de projecto aprovados e registo no orçamento; adopção de denominações comuns; melhoria da previsibilidade e capacidade de implementação quer nos fundos comuns quer nos projectos (o nível presente de execução do orçamento, mesmo em sectores e projectos prioritários, anda numa média de 61%); eliminação do condicionalismo paralelo quer nos projectos quer na ajuda sectorial (tais como a exigência pelo BAD e pelo Banco Mundial de requisitos legais e de auditoria adicionais, diferentes sistemas de *procurement* e diferentes condições de desembolso); eliminação da cláusula “sem objecções” quando existem condições para a implementação do sistema de *procurement* do GdM; a forma como os fundos não gastos são re-incorporados no orçamento contribui para reduzir a credibilidade do orçamento; progressos numa CT coordenada ajudarão a reforma do sector.
246. Para os PAPs que obtiveram uma pontuação baixa para 2008, espera-se que façam o melhor nos anos futuros visto que já começaram a trabalhar para desenvolver uma carteira e estrutura de gestão de projecto mais em linha com as metas do QAD dos PAPs (e da Declaração de Paris e a AAA). Apesar da necessidade e desejo conjunto de aumentar a ajuda programática, se deve salientar que os projectos podem e devem ser feitos de forma mais alinhada, e podem satisfazer quase todos os indicadores na matriz do QAD dos PAPs se cumprirem com certos critérios e se estiverem alinhados com estratégias e procedimentos nacionais.
247. De forma a melhor orientar os desenvolvimentos na área de eficácia da ajuda externa, o Governo está no processo de finalizar uma política e estratégia de ajuda prática e sólida que sirva de guia, encoraje e promova parcerias de desenvolvimento internacionais. Espera-se que esta sirva como instrumento principal para os progressos nesta área, e especificamente, na elaboração de um Código de Conduta e na adopção e implementação do novo MdE entre o Governo e o grupo dos PAPs. O Governo está, também, comprometido a fortalecer o processo do CFMP, fazer com que o ODAMoz funcione como um instrumento de facilitação (base de dados) para melhorar a análise política macroeconómica bem como a verificação da efectividade, tendências e dinâmicas da ajuda em Moçambique.
248. Os PAPs se comprometem a alinhar a sua ajuda com o CFMP e fortalecer as previsões de médio prazo no próximo MdE para apoio ao orçamento, reduzir os custos de alinhamento e harmonização e mudança do seu principal foco dos processos para a substância e resultados, realizar progressos significativos na coordenação da CT, racionalização da estrutura e dinâmica do Grupo de Trabalho, melhorando a divisão de tarefas entre os doadores e a clarificação e reforço do processo de harmonização e alinhamento ao nível do sector.
249. Com base na avaliação feita e para além dos esforços individuais para melhorar a pontuação, recomenda-se que os parceiros façam um esforço para reduzir as divergências entre os compromissos e os desembolsos. A questão do número de missões é também chave para o Governo, e maior esforço deve ser feito para atingir esta meta. A Cooperação Técnica (CT) é uma outra área em que se tem que fazer muitos mais progressos, e eles podem ser feitos, mas muitos doadores insistem em manter o *modus operandi* de CT não coordenada. A questão da previsibilidade a médio prazo é séria, uma vez que a medida que as estratégias dos doadores vão chegando ao fim, a previsibilidade marginal se aproxima de zero, porque essas estratégias não são rolantes.